

Jorge Fernandes Alves¹

De pedras fez terra - um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)

R E S U M O

O presente artigo ilustra um caso de empreendedorismo centrado sobre o Nordeste Transmontano, em Mirandela e terras vizinhas, desenvolvido por um ex-emigrante do Brasil, Clemente Meneres, desde cerca de 1870. Depois de várias experiências empresariais no Porto, concentrou a sua acção na aquisição de terras para a produção de cortiça, azeite e vinho, recuperando áreas que estavam abandonadas, organizando depois, em 1902, a Sociedade Clemente Meneres, Limitada, que se tornou num modelo regional de exploração agrícola, a qual tem permanecido como propriedade familiar e mantido a sua actividade até à actualidade.

1 - Introdução

Se no distrito de Bragança houvesse mais alguns homens como o snr. Clemente Meneres, a transformação agrícola seria rapidamente profunda. Consola, contudo, apresentar aos nossos conterrâneos o exemplo mais salutar de trabalho inteligente e fecundo que apareceu em Trás-os-Montes no século XIX. Oxalá que as gerações futuras se inspirem em tão nobre exemplo de trabalho.

Meneses Pimentel, *Portugal Agrícola*, vol. XIV, ano 1902/1903

“Jóia de família” é uma expressão consagrada na literatura, mas que se ajusta também a uma das perspectivas com que, no prisma da realidade, podemos encarar a *Sociedade Clemente Meneres, Limitada*, empresa criada em 1902. A analogia ocorre quando focalizamos a empresa na sua espessura histórica, quando lhe descortinamos os princípios fundacionais e acompanhamos os valores subjacentes à sua gestão.

A formação da empresa radica numa aventura empresarial muito peculiar do fundador que lhe deu a designação social, centrando-se na exploração de um conjunto de terras em Mirandela e em outros concelhos vizinhos do Nordeste transmontano e num agrupamento de edifícios em Miragaia (Porto), estes derivados do ex-convento de Monchique. A gestão da sociedade, assumida, ao longo do tempo, por diferentes personalidades da família, surge eivada de um sortilégio especial, em que a memória do fundador funciona como factor intangível que se funde com a ambiência de uma sentida e profunda ligação à natureza que o Romeu, as matas do Quadraçal ou as vinhas de Monte-Miões proporcionam em todo o seu esplendor.

¹ Professor catedrático da FLUP

Dos passos primordiais de Clemente Meneres à actualidade muita história correu. Criada em plena monarquia, a *Sociedade Clemente Meneres, Lda* atravessou múltiplas conjunturas, de diferente feição, umas mais favoráveis ao seu tipo de negócio, outras francamente desfavoráveis, preparando-se, agora, para funcionar em tempos de globalização, procurando fazer sentir a sua especificidade local, numa altura em que toda a actividade empresarial assume contornos mais fluidos e incertos. Radicada no interior profundo de Portugal, a Sociedade está habituada a aproveitar as frestas de comunicação que se lhe oferecem: cortaram-se as suas propriedades nos inícios do século passado para lá passar o comboio da linha do Tua, ligando-a ao Porto, rasgaram-se de novo agora, em tempos recentes, para dar passagem à rodovia do Itinerário Principal nº 4 (IP4), o que pode constituir um bom indício.

Pela sua própria designação, a empresa remete-nos para um homem e para a sua vontade. A Sociedade representa a vontade de Clemente Meneres, que, em 1902, chamou a si os filhos para, em conjunto, garantir duração ao conjunto de bens que, durante anos, adquirira e organizara, impondo-lhe um novo modelo empresarial – a sociedade por quotas, dispositivo jurídico introduzido por lei de 1901. E o pacto social apontou uma ousada proposta de duração: um século. Tempo indeterminado, decidiram mais tarde os sucessores, alterando para o efeito os estatutos, prolongando no tempo a vontade do fundador, a grande razão para que a empresa subsista na sua configuração tradicional.

Mas a vontade de um homem, fielmente guardada e desenvolvida pelos seus sucessores, pode não ser suficiente para fazer perdurar uma empresa, que, pelos valores que envolve e pelos custos que implica, tem de funcionar no mercado com princípios de racionalidade económica. São estes princípios que os sucessores, respeitadores do passado mas já afastados do voluntarismo fundacional, tiveram de aplicar sucessivamente, sob pena de tudo se esvaír.

O presente artigo, extracto de um trabalho mais vasto, procura delinear e enquadrar a iniciativa empresarial que a Sociedade Clemente Meneres, Lda. configura, evocando a trajectória do fundador e os primeiros ciclos de gestão no jogo do mercado e das flutuações económicas.

2 - Trajectórias de Clemente Meneres

A explicação original da *Sociedade Clemente Meneres, Lda* remete-nos, pois, para a personalidade de Clemente Meneres e para o seu percurso na constelação empresarial do Porto dos finais do século XIX. Clemente surge-nos como um protagonista, tanto no quadro das tradicionais relações comerciais luso-brasileiras, como em situações de inovação no tecido económico do Norte, evidenciando o efeito de estímulo que o mercado brasileiro ainda exercia sobre a apertada malha empresarial nortenha.

Quem era? Donde vinha? Como se ajusta o seu percurso às circunstâncias da época? Servindo-nos de um texto autobiográfico² como guia e de documentos complementares³ podemos esboçar alguns aspectos da sua trajectória empresarial.

² MENERES, 1915

³ MENERES, 1958.

Clemente Joaquim da Fonseca Guimarães, nasceu a 19 de Novembro de 1843, no lugar da Cruz em Vila da Feira, sendo baptizado sete dias depois⁴. Na Feira frequentou as aulas do *mestre régio* local. Era filho de pais lavradores e industriais, na complementaridade típica do artesanato do Norte, pois, além de cultivarem os terrenos agrícolas de que eram proprietários, possuíam uma serralharia que ocupava na ocasião cerca de 40 operários, na qual Clemente iniciou a sua aprendizagem. Recorde-se que a Feira era, nos meados do século XIX, a zona de maior concentração de ferragens ao redor do Porto, vendendo para esta Cidade a maioria da sua produção, grande parte da qual seguia depois o caminho da exportação para o Brasil. A oficina da família, especializada em fechaduras, não fugia a esta regra, mas, perspicácia de rapaz, enquanto o intermediário responsável pela exportação ostentava riqueza, a vida do pai de Clemente não passava da mediania. Representação que ficaria para sempre, levando-o a nunca querer abandonar a actividade de distribuição, especialmente a da sua própria produção.

2.1 - O Brasil como destino

Em 1859 recebe-se em casa a tradicional carta do “tio brasileiro” estabelecido no Rio de Janeiro, que, pretendendo regressar a Portugal, desejava antes passar o negócio a dois sobrinhos, um dos quais já estava com ele, sugerindo portanto a ida de outro. Passar a casa comercial a portugueses, de preferência ex-caixeiros experimentados, como forma de prolongar o negócio e obter uma renda periódica na sua retirada, era hábito nos negociantes portugueses do Brasil.

Diz-nos Clemente que então se entusiasmou, sentindo o apelo do Brasil, apesar da oposição paterna inicial, e a 4 de Julho desse ano, com 16 anos incompletos, embarcava na galera “Olinda” que largava da barra do Douro. Quarenta e um dias depois arribava ao Rio de Janeiro e procurava a casa do tio. Estava já a loja em liquidação, pois o tio mudara de ideias, por se ter desavindo com o outro sobrinho. De qualquer forma, o tio levou-o à sua chácara no Catumbi, onde foi apresentado à família (mulher e um casal de filhos) e se iniciou no tradicional prato de feijão preto e carne seca. Voltou depois ao armazém, onde passou a trabalhar e dormir, ali passando cerca de um ano até à liquidação final do estabelecimento. Mas o tio arranhou-lhe nova ocupação, casando-o logo (aos dezoito anos) com a prima Maria da Glória, cumprindo assim outro hábito arreigado dos comerciantes portugueses ali residentes: chamar os sobrinhos com o objectivo de lhes passar a loja de comércio (o que aqui só não aconteceu aqui por circunstâncias fortuitas) e casá-los com as suas filhas, canalizando os filhos próprios do sexo masculino para outras actividades⁵.

De feitio indomável, Clemente tentou a independência económica do sogro, que o procurava enquadrar nos trabalhos agrícolas da chácara. Assim, arranhou por si próprio emprego em novo armazém do Rio de Janeiro (30\$000 réis mensais de início, 100\$000 réis ao fim do primeiro ano já como primeiro-caixeiro, sem esquecermos que estas verbas deveriam ser em moeda brasileira ou “fraca”, equivalendo a cerca de 50% em réis portugueses ou “fortes”). Tratava-se agora da

⁴ A. D. Aveiro, Registo Paroquial, Freguesia de Vila da Feira, Livro misto nº 14, fl. 77-77vº.

⁵ ALVES, 1993.

casa comercial de mais um emigrante do Porto ali estabelecido, ligado à família Serpa Pinto, que, como norma habitual, dava preferência no emprego aos portugueses chegados de fresco.

2.2 - O retorno e estabelecimento comercial no Porto

Em 1863, ou seja, apenas quatro anos depois da sua chegada ao Rio, aceita o desafio do sogro que retornava a Portugal e acompanha-o, crente na promessa de ajuda financeira para cá se estabelecer. Então, apesar de apenas estar ligeiramente “abrasileirado”, cumpre os rituais dos “brasileiros” de retorno do Porto oitocentista: vivendo com o sogro na rua da Torrinha, “d’alli ia todos os dias com elle até á Praça Nova, de chapéu do Chili, feito Brasileiro, mas sem vintém, entreter conversa com os que de lá vinham”.

Uma vez no Porto, o pai, preocupado, tratou de apressar-lhe o estabelecimento comercial, arranjando-lhe sócio. Na altura de solicitar os 3 contos de réis prometidos anteriormente pelo sogro, este, talvez por se sentir ultrapassado, negou-se a cumprir a promessa, dando-se a ruptura familiar e a mudança de domicílio. Vê-se obrigado a arranjar casa, apoiado apenas nas 100 libras (450\$000 réis.) que, apesar de tudo, o sogro lhe facilitou, como adiantamento da herança que a mulher viria a receber, exigindo-lhe documento escrito para esse efeito. Clemente procura emprego, tentando capitalizar o saber-fazer adquirido como caixeiro no Rio de Janeiro, pondo para efeito um anúncio no jornal “como indivíduo sabedor de escripturação por partidas dobradas”. Conseguiu um lugar que o remunerava em cerca de 250\$000 anualmente.

Pouco depois o pai anunciava-lhe que arranjara um sócio capitalista, João Joaquim de Paes, da Vila da Feira mas residente no Porto, que se propunha adiantar três contos para a constituição da sociedade, a qual funcionaria com “interesses divididos ao meio e uma retirada, por mim, para minhas despesas, de 30\$000 réis”. Na realidade, João Paes adiantou um conto em dinheiro e uma letra de dois contos, aceite por outro comerciante, mas que foi sucessivamente reformada, pois Clemente evitou sacá-la para não criar constrangimentos financeiros, usando-a apenas como garantia. A entrada de capital de Clemente era insignificante, tendo correspondido apenas ao saldo do balancete (cerca de 116\$000 réis, correspondente a alguns móveis), vindo depois a crescer com a capitalização proveniente da sua quota nos lucros. Note-se que muitas empresas da época funcionavam deste modo: havia um sócio capitalista que fornecia o capital para giro e um sócio trabalhador, este sem capital ou com uma parcela insignificante, que depois poderia ir dilatando à medida dos lucros repartidos. E é por esta altura, provavelmente mesmo por ocasião da constituição da firma, que Clemente passa a integrar no seu nome próprio o apelido Meneres, em busca de uma identidade própria: por soar melhor e com mais raridade ou para afastar a ligação que o “Guimarães” inevitavelmente arrastaria com o “brasileiro” da rua da Torrinha, seu tio e sogro, com quem se malquistara?

Nos almanaques da época vamos, assim, encontrar a firma *Paes & Meneres*, com porta aberta na rua da Ferraria, na qual aparecem simultaneamente como negociantes e como fabricantes de rolas com depósitos de cortiça para exportação. No campo comercial, a firma anunciava vários tipos de drogas, desde enxofre, “cimento romano”, petróleo, aguardente, genebra, sumagre, baga de sabugueiro, pês louro e soda. Vendendo para a cidade e para província, estendeu os seus negócios ao Brasil e a alguns países europeus, para onde envia produtos tradicionais, sobretudo

vinho, rolhas, palitos e ferragens para o Brasil, frutas para a Alemanha, França, Inglaterra. Desses tempos heróicos da iniciação, guardava boas recordações, face ao “extraordinario movimento a que dava causa esse pequeno capital. No fim do primeiro ano, o capital primitivo quase que dobrou”.

Movimento que Clemente procurou orientar sobretudo para a exportação, “por toda a parte onde o permitia a navegação, que nessa época era bem limitada”, mas principalmente para o Brasil. Foi por isso que, em 1872, convenceu o sócio a deixá-lo ir a este país, mostrando-lhe as vantagens da ligação directa numa área em que os comissionistas ganhavam a parte de leão. Com seis malas de amostras, percorreu o Brasil e as Repúblicas do rio da Prata em seis meses, utilizando-se do transporte em 14 vapores, para regressar “cheio de ideias novas, de novos negócios, preocupando-me a montagem de uma fábrica de conservas”, segundo as suas próprias palavras. No ano seguinte, de viagem à Exposição Universal de Viena, estabelece ligações em Hamburgo, onde consegue vender azeite para a Rússia. Depois de estar 14 dias em Viena para visitar a exposição, passou depois pela Holanda, Bélgica e Inglaterra, onde estabeleceu contactos vários, em especial com os corretores de vinho do Porto, em Londres, para cuja finalidade recebeu a ajuda da casa local Pinto Leite & Sobrinhos, de quem Clemente era agente no Porto. Revela, assim, uma vocação comercial de andarilho, indo ao encontro de novos clientes, não parecendo fadado para os esperar atrás do balcão.

Não se chegou a “exarar escrito ou escritura d’ essa sociedade”, mas a 10 de Abril de 1874, fez-se escritura de cessão e trespasse da quota de João Paes a Clemente Meneres, este já na qualidade de sócio e único gerente da sociedade que começa a girar sob o nome de *C. Meneres e C^a*. A firma Paes & Meneres era, deste modo dissolvida, mas o trespasse era avaliado em 28 contos de réis. Para esse efeito foram apresentadas oito letras de 3500\$000 réis que seriam sacadas uma a uma e (sensivelmente) de seis em seis meses, a partir de 2 de Outubro de 1874, o que se prolongava até 2 de Janeiro de 1878. A verba do trespasse de apenas uma das quotas dá-nos uma ideia do volume de negócios realizado e do nível elevado de capitalização alcançado pela firma Paes & Meneres⁶.

A *C. Meneres & C^a*, traduzia a natural continuidade destes negócios, tendo a sociedade anterior sido apenas dissolvida dada a retirada natural (por idade avançada) do sócio mais velho e capitalista. Integravam agora a firma Joaquim Silvano Filho e Álvaro Carneiro Geraldês, este com origem numa tradicional família de comerciantes do Porto com grande ligação ao Brasil. De resto os negócios com a ex-colónia, que constituíam o grande suporte das exportações, estavam sempre sob mira: logo a 24 de Abril de 1874, a firma passa procuração ao sócio Álvaro C. Geraldês como seu representante no Rio de Janeiro, o qual para lá se deslocou, e, na sua falta, à casa Norberto Coelho & C^a, estabelecida no Rio⁷.

A *C. Meneres & C^a* surgiu durante vários anos nos almanaques como “fábrica de rolhas para exportação, trabalho braçal e a vapor”, no cais da Alfândega 17, ou seja, na parte oriental do edifício do ex-convento de Monchique, então arrematada em hasta pública.

⁶ ADP, Notarial, PO4, L. 603, p. 51vº-52vº.

⁷ ADP, Notarial, PO4, L. 603, p. 72vº-73.

Importa aqui recordar que o convento de Monchique, fundado em 1575 foi, durante muito tempo uma importante instituição monástica franciscana com ocupação feminina: ao tempo de Rebelo da Costa (1788), tinha 70 freiras e mais de 100 serventes. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, foi incorporado nos bens da Coroa, sendo usado para diversos fins: arsenal militar, casa da moeda da Junta da Patuleia (onde se cunharam os patacos), depósito do trem militar e da pólvora, repartição de obras da alfândega e armazéns. Uma parte era administrada pelo ministério da guerra, outra pelo do reino e outra pelo da fazenda. A igreja foi desmantelada (um altar foi para a igreja de S. Mamede de Infesta, outro para a Igreja de S. Pedro de Miragaia e outro para o Hospital Militar D. Pedro V). Foi posto em praça várias vezes por inteiro, mas como ninguém o arrematava, em 1874, foi mais uma vez leiloado em 5 lotes. Foi nessa altura, que Clemente Meneres e Norberto Coelho arremataram dois lotes (n.ºs 1 e 5) para a sua casa comercial (mais tarde Clemente assumiu a quota de Norberto). Os outros foram arrematados por William Wawke (n.º 2), que instalou lá uma fundição, e Henry Burnay (n.ºs 2 e 3). Na mitologia do convento, andarás sempre associada a trama do romance *Amor de Perdição*, pois a personagem Mariana recolhe a este convento após o desenlace da sua história de amor.

Nos finais de Abril de 1874, a firma *C. Meneres & C^a* estava organizada. Um dos três sócios assegurava o expediente na sede, o outro deslocou-se ao Brasil, nomeadamente para controlar e ampliar as exportações. E Clemente Meneres procuraria potenciar os ganhos a montante, assegurando o abastecimento de matéria-prima (cortiça) a preços e quantidades mais convenientes. Ampliar e diversificar era a etapa seguinte, incluindo-se nesta diversificação a preparação de outras unidades fabris que permitissem abrir o leque das exportações, nomeadamente a instalação de uma moagem e da fábrica de conservas alimentícias.

2.3 - A ligação a Trás-os-Montes

O que se passou com a busca da cortiça? Depois das viagens ao estrangeiro, Clemente Meneres procurou o conhecimento do interior. No vigor dos seus trinta anos e acompanhado de um amigo conhecedor da cortiça, partiu (14.05.1874) na diligência da ex-mala posta do Porto para Bateiras e dali até Foz Côa, onde verificou que os sobreiros locais eram consumidos como lenha pelos seus habitantes. Falava-lhe o amigo de um lugar chamado Romeu, onde lhe tinham oferecido, dois anos antes, cortiça virgem para vender no Porto. Atravessaram, então, o Douro, e a 18 de Maio, chegavam ao Quadraçal, pelo Vale de Sinada, aí verificando a existência de muitos sobreiros, embora crestados pelo fogo, dado o hábito de queimadas para eliminação dos lobos e de outros animais selvagens, que atacavam com frequência os povoados e, sobretudo, os gados nas pastagens. Além disso, os sobreiros também eram aqui utilizados como lenha pela população, do que resultavam danos irremediáveis para o aproveitamento da cortiça. Chegam ao Romeu, pelas 16 horas desse dia, 18 de Maio de 1874, abancando no tasco da Maria Rita, onde não havendo nada para comer, mandam assar bacalhau, acompanhado de pão negro de centeio.

Rapidamente Clemente vislumbra que o negócio de cortiça não podia ser apenas de curto-prazo, de compra e venda, mas que a estratégia correcta passava por tornar-se produtor e controlar as áreas de cultivo. Tanto mais que essa vertente podia ser ampliada com a associação de outras

produções locais, como o azeite e as frutas. E havia também a possibilidade de recuperar a produção de vinho, embora aqueles lugares se apresentassem ainda dizimados pela filoxera de anos anteriores. Observavam-se ainda ruínas de instalações para produção de vinho, nomeadamente de alambiques para destilação, da época pombalina, os quais ali teriam sido implantados dada a abundância de madeira para queimar. Clemente Meneres proclama então a decisão oportuna de, em nome pessoal, “comprar por ali terras com lenha para montagem de alambiques”. Com o apoio do pároco local, não faltam pequenos proprietários a responderem a esta chamada do capital e a venderem as suas terras secas, com árvores dizimadas ou pouco produtivas em cereal.

Depois de retemperar forças, parte no dia seguinte para Mirandela, telegrafa para o Porto e pede uma carta de crédito de dois contos de réis. Mas ainda antes da partida já lhe tinham comprado as primeiras terras para ele. Com a ajuda do companheiro e do pároco local, depressa atinge 38 títulos de compra em 7 dias, voltando ao Porto e deixando aqueles ainda a comprarem por sua conta.

Quinze dias depois, volta com os corticeiros da sua fábrica, para extraírem a primeira cortiça, medida que se traduziu num desastre económico inicial, dado aqueles não perceberem nada da técnica de extracção (eram operários de fábrica, habituados apenas à transformação da cortiça) e danificarem muitas peças. Corticeiros capazes teve de os ir buscar ao Alentejo, o que passou a ocorrer com regularidade durante muitos anos. Mas a tarefa de extrair cortiça em Trás-os-Montes era difícil, dado o acidentado dos terrenos em que os sobreiros proliferavam, o que obrigava os corticeiros a utilizarem amarras pela cintura para não se despenharem pelas fragas. Acresciam depois dificuldades na condução da cortiça, normalmente feito por mulas, mas, em locais de difícil acesso, a cortiça tinha de ser transportada por mulheres, em feixes, para locais mais acessíveis, aonde pudessem chegar carros de bois, sendo necessários serviços de vigilância para evitar roubos nas pilhas provisórias que se espalhavam pelas matas. Era ainda comprada cortiça a outros produtores, mediante sinal prévio em dinheiro⁸. Não obstante, a cortiça, apesar dos problemas que apresentava para a sua recolha, era (e ainda é) o negócio mais rentável destas propriedades, dado o crescimento dos sobreirais se fazer quase em estado natural, sem as despesas que as outras culturas exigiam (apenas a limpeza das matas e os custos da extracção).

Desenvolveu ainda uma tentativa de criação de gado suíno trazido do Alentejo, mas tal não resultou devido às estiagens e à pouca produção de bolota, vendo-se obrigado a vendê-los para não perder todo o capital investido. Em contrapartida, multiplicaram-se rebanhos de ovinos e caprinos, não tanto como fonte de produção, mas para se oporem à penetração de rebanhos alheios nas terras próprias e assim se minimizarem os seus efeitos negativos nos rebentos de novas árvores.

2.4- Iniciativas industriais

As dificuldades iniciais não levaram Clemente à desistência, formulou mesmo projectos mais amplos, procurando ligar intimamente os produtos das propriedades transmontanas à

⁸ PARREIRA, 1997: 85.

possibilidade da sua transformação no Porto. Com efeito, na breve autobiografia, Clemente Meneres fala-nos da sua longa luta para a instalação da fábrica de conservas por esta altura, que lhe representara inúmeras canseiras e trabalhos. Assim, a firma C. Meneres & C^a bipolarizava-se: para além da sua unidade de fábrica de cortiça e de firma de comércio, procurava instalar na rua da Restauração, em espaços alugados a João Paes, uma fábrica de conservas que veio a ser conhecida como a *Companhia Luso-Brasileira - Fábrica de Conservas Alimentícias*.

Além disso, e pela mesma altura, encontrámos o processo relativo a um estabelecimento que caía na alçada da lei de 21 de Outubro de 1863 sobre estabelecimentos insalubres, tóxicos e perigosos por “fumo e perigo de explosão de caldeira”, pelo que necessitava de alvará. Assim, a 9 de Abril de 1875, Clemente Meneres requeria a instalação de uma fábrica de moagens de farinhas e descasque de cereais movida a vapor, a instalar ainda em Monchique: a máquina a vapor deveria ser fixa, da ordem de 30 cavalos e alimentada a carvão; os aparelhos de moagem deveriam ser seis a oito e dos sistemas mais aperfeiçoados. Correram éditos e não houve qualquer oposição pública, verificando-se apenas a exigência de garantias relativas à instalação e segurança da máquina a vapor, bem como a de elevação da chaminé um metro acima dos mais altos telhados vizinhos⁹. O alvará só foi concedido em 26 de Abril de 1878. Com toda a probabilidade o projecto desta fábrica não chegou a concretizar-se, dado o envolvimento de Clemente Meneres na descoberta de Trás-os-Montes e suas consequências, nomeadamente ao nível dos conflitos na sociedade.

Na verdade, os outros dois sócios defendiam que as propriedades de Mirandela deveriam pertencer à casa comercial, pois foram adquiridas quando Clemente se deslocara em serviço da firma, tendo perdido tempo e realizado um negócio que poderia render bastante dinheiro. O desfecho levou à dissolução da sociedade, tendo-se realizado demanda e um acordo posterior homologado pelo Tribunal do Comércio: os sócios foram indemnizados por Clemente Meneres em oito contos de réis.

No próprio dia da resolução do Tribunal (9 de Março de 1876), a firma C. Meneres reorganiza-se. Clemente Meneres era agora o único sócio que restava e vai associar-se a Raul Cirne, um rapaz emancipado, menor de 21 anos, “vivendo do seu trabalho” e António Tomás dos Santos, já casado e negociante. Ficava estatuído que o objectivo da sociedade era exactamente a continuação da anterior, entrando Clemente como comanditário e com o capital de 16 contos de réis, representado pelo balanço, Raúl Cirne com 8 contos e A. T. Santos com apenas um conto de réis. A nova firma assumia o passivo e activo da anterior. E, nota curiosa, Clemente Meneres comprometia-se a vender à sociedade a cortiça dos seus sobreiros de Mirandela e Macedo, com abatimento de 5% em relação aos preços correntes naquela região, e as rolhas e cortiças lá fabricadas por sua conta seriam cedidas à Sociedade para revenda, com a comissão de 20%. Finalmente os lucros seriam distribuídos da seguinte forma: metade para Clemente e 1/4 a favor de cada um dos outros sócios¹⁰.

⁹ ADP, Governo Civil do Porto, Licenças, M1436.

¹⁰ ADP, Notarial, PO4, L610, pp. 99-100.

A firma C. Meneres & C^a continuou o seu movimento. É certo que a fábrica de cortiça praticamente passou depois a depósito para o mesmo efeito, quando Clemente instalou a fábrica em Mirandela, junto da ribeira do Quadraçal, designada actualmente por “fábrica velha”, e enviava a produção para o Porto. Mas entretanto já funcionava a fábrica *Luso-Brasileira*, de conservas alimentícias, como segunda unidade da C. Meneres & C^a. Em anúncio de Junho de 1878 anunciava a sua actividade e a criação de um rede de depositários das suas “latas com peixes, carnes, frutas, legumes, doces, etc., pelos preços do catálogo”, aconselhando que era “conveniente para fazer uso das carnes e peixes, mergulhar a lata em água um pouco quente, pelo diminuto espaço de 15 minutos”¹¹. Segundo dados recolhidos por José Parreira, em 1878, as exportações da firma para o Brasil, tendo como destinos o Rio de Janeiro, Santos, Baía e Pará, passavam essencialmente pelo azeite e pelo vinho, mas também por pequenas quantidades de corda, cal, cestos de vime, fechaduras, ferragens, linho, fruta, palitos, rolhas, peixe, rosários e torneiras. Já para o destino europeu (Londres, Hamburgo, Gotemburgo, Estocolmo, Bordéus), a cortiça era o produto exclusivo, sob a forma de rolhas, aparas ou fardos e feixes de pranchas¹².

A 1 de Fevereiro de 1879 a firma sofria nova reorganização, continuando embora a adoptar a natureza de sociedade em comandita. Entra um novo sócio comanditário, Constantino Joaquim Paes, filho de João Paes, o primeiro sócio que se dispusera a ajudar inicialmente Clemente Meneres: este já cedera àquele parte da sua quota e agora esse aspecto ficava oficializado. A firma passa a adoptar a razão *Santos, Cirne & C^a - sucessores de Paes & Meneres*, “honrando desta forma o bom nome que nesta praça sempre tiveram aqueles seus antecessores”. A firma assumia-se como a continuadora da C. Meneres & C^a, cujo passivo e activo lhe eram atribuídos, ou seja, dava sequência ao mesmo ramo de comércio e à dinamização da fábrica “Luso-Brasileira”. A gerência era assumida em pleno pelos dois sócios Santos e Cirne, embora sujeitos a um conjunto de condições. O capital, agora actualizado pelo balanço de final de 1877, atingia já os 36 contos de réis, assim distribuído: Clemente Meneres - 10048\$427; Constantino Paes - 10048\$425; Raúl Cirne - 10048\$428; A. Tomás Santos - 5854\$720.

Mas a incorporação dos lucros seguintes devia continuar a verificar-se até se atingir a cifra de 50 contos de réis, valor que passaria a representar o capital futuro da sociedade Santos, Cirne & C^a. Em caso de vantagem poderia, porém, elevar-se a 60 contos de réis só para a casa principal do edifício do ex-convento de Monchique, criando-se ainda um fundo até 20 contos de réis para a fábrica de conservas da rua da Restauração. Mas apontava-se para a gradual autonomia dos dois estabelecimentos, na certeza de que a duração da sociedade estava prevista até 1883, data em que tudo poderia ser revisto. E por acordo de 30 de Junho desse ano a cláusula relativa à cortiça de Clemente Meneres foi mesmo eliminada do contrato social, permanecendo na sociedade apenas a fábrica de conservas.

É a altura de chamar a atenção para o papel pioneiro que a fábrica “Luso-Brasileira” representou no Norte dentro do ramo das conservas, introduzindo as técnicas francesas de conservação, ou seja, o modelo Appert. Percursora da explosão do sector conserveiro, a fábrica

¹¹ *O Comércio do Porto*, 18.06.1878.

¹² PARREIRA, 1997: 42-43.

deve o mérito da sua criação e organização a Clemente Meneres, cujo protagonismo perdeu visibilidade sob a sigla posterior de Santos, Cirne & C^a. Mas Clemente Meneres afirmava ser a “primeira que se montava no norte do país, e tantas foram as dificuldades que quase fizeram desanimar-me; se ela seguiu por diante, foi devido à minha grande insistência”.

O Inquérito Industrial de 1881 diz-nos que, por esta altura, já a fábrica tinha uma sucursal em Espinho para a preparação de sardinha em azeite. A fábrica da rua da Restauração apresentava alguma debilidade, desde logo por estar instalada numa casa de habitação alugada (inicialmente a João Paes, depois a seu filho e sócio comanditário Constantino Paes). Funcionavam duas cozinhas e havia uma oficina de funilaria para construir e manipular as latas. Ocupava 50 operários, que subiam sazonalmente aos 120, por ocasião da colheita da fruta. Em 1880 a produção orçava o valor de 70 contos de réis, destacando-se as frutas (26,5), marmelada e geleias (8), azeitona (15), peixe (5), tomate (7) e era, em grande parte, exportada para o Brasil e repúblicas do rio da Prata. A venda no País representava apenas cerca de 10%, outro tanto a exportação para Inglaterra. O capital da sociedade subia já aos 70 contos de réis¹³.

O mesmo Inquérito Industrial faz referência à fábrica de cortiça do ex-convento de Monchique (também antigo armazém da alfândega), então a única existente no Porto, revelando que “todo o trabalho é manual, cortando-se as rolhas à moda nacional e à catalã. Ensaiou-se noutro tempo o fabrico mecânico, mas abandonou-se por menos perfeito e mais caro”. Tinha-se, então, já vendido o motor antes existente, havendo apenas duas prensas para enfardar as pranchas, com destino à exportação para a Alemanha. A produção atingia o volume de 300 toneladas de prancha, ocupando como pessoal operário 25 homens e 2 mulheres¹⁴. A fábrica estava então em declínio, dado Clemente ter instalado unidades de transformação em Mirandela.

Os negócios do Porto estavam agora estatutariamente entregues aos dois gerentes - Santos e Cirne. Mas em 1885, a 9 de Julho, a firma altera e amplia o seu compromisso social: os sócios comanditários (Clemente e Constantino Paes) abdicam de um terço da sua quota que é assumida por Porfírio de Macedo, o qual passa a integrar os corpos gerentes¹⁵. Finalmente, a Santos, Cirne & C^a dissolve-se em 30 de Abril de 1887, por retirada amigável de Clemente Meneres, que ali deu quitação geral, por já ter sido compensado da sua participação. Todo o activo da extinta sociedade (então representado pela fábrica Luso-Brasileira e pela fábrica de conservas de sardinha de Silvade, em Espinho) passava para a nova firma de imediato constituída pelos restantes sócios, que passou a designar-se de Santos, Cirne & Macedo¹⁶.

Como muito bem salientou José Parreira¹⁷, a retirada desta firma representa para Clemente Meneres o fim de um ciclo, marcado pela associação empresarial com pessoas estranhas ao meio familiar. A partir daqui, todas as restantes iniciativas deste tipo ocorrerão em família, em associação com os descendentes.

¹³ Inquérito Industrial, 1881: 187-189.

¹⁴ Inquérito Industrial, 1881: 211.

¹⁵ ADP, Notarial, PO4, L657.

¹⁶ ADP, Notarial, PO4, L668: 16-17. Note-se que mais tarde, haverá de novo uma fábrica de conservas alimentares num ramo da família Meneres, *A Varina*, uma sociedade de Ovar, com filial no Porto, em que participava Agostinho Meneres.

¹⁷ PARREIRA, 1997: 54.

2.5 – A fixação no Nordeste

Com efeito, Clemente Meneres, embora assegurando a retaguarda no Porto através da referida sociedade, entusiasmara-se com os negócios transmontanos, com a qualidade da cortiça dos montes graníticos do Quadraçal e as potencialidades ali entrevistas, posicionando-se então como silvicultor e lavrador, assegurando a montante a produção de bens para comercializar. Procurando a ampliação e organização das propriedades do Romeu, desde 1876 que direccionava para lá todos os seus esforços pessoais. A verdade é que, nos primeiros tempos, a sonhada ligação de produção de fruta de Mirandela à fábrica de conservas não teve êxito: das 20 mil cerejeiras mandadas plantar, poucas vingaram. A rentabilização das terras passava, então, pela autonomia dos empreendimentos. Assim aconteceu, até porque os juros dos empréstimos para os investimentos efectuados em Mirandela requeriam urgentemente retorno, sob a forma de lucros, sob pena de o sonho se esvaír.

A estratégia de investimento em terras de Mirandela não foi uma opção fácil. Para comprar terras, por mais baratas que fossem, era preciso dinheiro. Clemente Meneres procurou um estabelecimento apropriado para esse efeito. Sob hipoteca, conseguiu no Banco Aliança um primeiro empréstimo em 7 de Janeiro de 1876 e outro quase dois anos depois (11.10.1877): no total, um crédito em conta-corrente, até 25 contos de réis, que foi totalmente levantado.

Em 31 de Dezembro de 1876, a propriedade agrícola era já constituída por 279 terras, respeitantes a 181 títulos de compras e distribuíam-se por Romeu, Vale do Couço, Vale de Lobo, Vale d'Asnes, Vila Verdinho e Cortiços. E depois alarga-se a outros terrenos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor.

Quando não pode comprar terras (o que, geralmente, só faz em zonas inóspitas por ser terreno mais barato), opta por comprar apenas os sobreiros, em zonas de cultivo de cereais: nos finais do século, os sobreiros de Clemente Meneres eram calculados em 200.000 pés. Clemente limpa as matas, extrai cortiça, poda e limpa sobreiros, arranca matagais, veda lameiros, canaliza água, faz plantações, ergue duas fábricas de cortiça (no Carriço e na Horta da Massada), estabelece uma casa para os corticeiros no pico do Quadraçal, em Vila Verdinho, com uma visão deslumbrante sobre todo o espaço, que funciona como posto de vigia onde se estabelecem vários guardas florestais (a casa foi mais tarde ampliada).

Faz a sua casa de habitação no Romeu por fases: durante muito tempo pernoitou no tasco de telha vã e térreo do Carriço, que tinha a particularidade de ser seu conterrâneo da Vila da Feira; depois (1877) ergueu uma casa térrea, com grossas paredes e forrada a madeira, mas pequena, fiel ao ditado que tantas vezes citava - “casa que chegue e terra quanta vejas”. Só em 1884 ampliou a casa com andar superior e outros arranjos, dada a necessidade de levar consigo a numerosa família, face às temporadas cada vez mais dilatadas que passou a fazer no Romeu, para acompanhar mais de perto os investimentos a introduzir nas propriedades, melhorando os sobreirais e plantando vinhas e olivais.

Um investimento significativo cuja evolução se pode observar, segundo as próprias anotações de Clemente Meneres (Quadro I).

Quadro I
Investimentos de Clemente Meneres em Mirandela

Anos	Propriedades	Deslocações	Salários e Construções
1874-76	10908\$455	1884\$590	1943\$980
1877	1108\$810	424\$000	5362\$810
1878	813\$485	222\$250	3209\$545
1879	598\$760	231\$040	2979\$525
1880	1413\$205	335\$100	2922\$615
1881	1565\$925	312\$100	4579\$570
1882	3471\$560	396\$000	4980\$500
1883	4180\$010	377\$300	6980\$940
1884	7994\$520	383\$000	8630\$000
Total	32054\$730	4564\$380	41589\$495

E agora, o que faltava ? Mais dinheiro para investir e fazer girar o negócio. Em 2 de Julho de 1885 faz um contrato com quatro bancos para a abertura de um crédito de 90 contos de réis, ao juro de 7%, com hipoteca de todas as suas terras no Nordeste Transmontano. Foi participado da seguinte forma:

Banco Aliança.....	37300\$000
Banco Mercantil Portuense.....	9000\$000
Nova Companhia Utilidade Pública	19300\$000
Caixa Filial do Banco Lusitano.....	24400\$000

O empréstimo devia ser amortizado em seis prestações anuais a iniciar em 1886 e “em bom metal ouro e prata corrente nestes Bancos”.

Mas é preciso notar que só com muita fé se podia ter avançado nesta aventura que, no princípio, apenas fornecia débitos demasiados para um pequeno negociante isolado. Na verdade, no mesmo dia em que Clemente Meneres fazia o contrato com o sindicato bancário acima referido, via-se na necessidade de renovar a dívida anterior, acima referida, datada de 1876. Sem pagar amortizações nem juros, aquele débito elevava-se já a 39104\$678 réis. E o Banco Aliança impõe: amortização em 7 prestações anuais a partir de 31.10.1886, com importâncias progressivas (a primeira de 2 contos, as quatro seguintes de 5 c., depois uma de 6 c., outra de 12104\$678), para além de uma final para solver os juros entretanto acumulados. Contratos estes que, apesar de tudo, revelam uma grande capacidade negocial e a demonstração pública de respeitabilidade empresarial, enfim, crédito na praça. A cortiça era a base e a esperança de todas estas operações, pois o vinho e azeite constituíam investimentos a prazo para se tornarem lucrativos.

Em 1893, a propriedade fundiária de Clemente Meneres atingia uma área considerável, distribuindo-se, embora de forma dispersa, por uma extensão de 27 quilómetros. O problema do escoamento dos produtos era, no entanto, quase insolúvel para a região transmontana, mesmo quando houvesse acesso a canais de distribuição. Os custos e a morosidade, esta fatal para determinadas produções como a fruta, tornavam difícil qualquer projecto comercial. Aprendendo

a partir da experiência própria, Clemente Meneres rapidamente percebeu que nenhum negócio seria viável se não conseguisse para ali um caminho-de-ferro. O mesmo percebera Fontes Pereira de Melo quando em 1878 visitou aquelas paragens e prometera então empenhar-se por uma linha de caminho de ferro para Mirandela, ao longo do Tua, como forma de combater o isolamento¹⁸, tendo o seu governo apresentado um projecto para o efeito na Câmara dos Deputados. Não admira que Clemente Meneres aderisse, então, ao fontismo, e se declarasse como regenerador, passando a desenvolver uma forte campanha em prol da construção da linha do Tua, sobretudo porque não se dava andamento àquele projecto.

Aproveitando a conjuntura da construção do caminho-de-ferro do Douro, estando em debate o projecto do seu prolongamento para Salamanca, surge-lhe uma ideia luminosa, ainda que pouco ortodoxa. Diz-nos: “principiei a luta em 1881 para 1882, imaginando telegramas dos povos transmontanos (que se não mexiam), afirmando que se sublevavam pelo facto de os poderes públicos se não preocuparem nunca com a desgraçada província onde eu vim bater”.

Telegramas e artigos de opinião (escritos pelo genro, sob sua indicação) e representações assinadas pela Câmara Municipal de Mirandela ou por grupos de negociantes do Porto foram transcritos em jornais de Lisboa e Porto, conseguindo atrair as atenções e criando opiniões favoráveis ao caminho-de-ferro do Tua. A procura de quintas em Trás-os-Montes para pessoas gradadas da política que lhe solicitaram ajuda trouxe-lhe aliados inesperados na pressão política para a apresentação do respectivo projecto ao Parlamento (levada a cabo pelo ministério de Hintz Ribeiro). Mas a campanha para o comboio do Tua tornou-se também uma luta afectiva e de afirmação local, não se podendo esquecer que Clemente Meneres casara em segundas núpcias com uma senhora de Mirandela.

Note-se, entretanto que o primeiro concurso (decreto de 29.9.1883) ficara deserto, por haver garantias reduzidas para o capital a investir. Foi nesse contexto que Clemente contactou hipotéticos construtores: a conhecida casa dos irmãos Pereire, em França, e Henry Burnay, em Lisboa, este seu antigo vizinho de Monchique e colega da praça do Porto. Fez pressão junto de deputados, promovendo reuniões para o efeito mesmo na capital. E face às dificuldades aventadas por Henry Burnay em assumir uma linha de via estreita de apenas 55 quilómetros, Clemente Meneres e o grupo de novos proprietários da zona organizaram um grupo para assumir a responsabilidade pela sua construção (concorrendo com base no orçamento de 22999\$500), embora no concurso a arrematação acabasse por ser feita pelo marquês da Foz, que organizou uma companhia para a exploração daquela e de outras linhas. Em 27 de Setembro de 1887 a linha do Tua (até Mirandela) era inaugurada com a presença do rei D. Luís, e na bandeira da locomotiva o nome de Clemente Meneres estava inscrito com o de um grupo de pessoas que tinham sido decisivas para o projecto, embora na altura ele tivesse partido mais uma vez para o Brasil para tentar salvar os seus negócios que andavam aziagos. Note-se que o troço até ao Romeu (13 Km) foi mais tardio, ainda demorou 18 anos, inaugurando-se apenas a 2 de Agosto de 1905.

¹⁸ PIMENTEL, 1902: 113-130.

Em todo o caso, a firma Clemente Meneres está sediada por alguns anos no Romeu, na propriedade que denominou significativamente de Jerusalém. Por ali tinha a fábrica de cortiça, cuja produção exportava principalmente para a Alemanha e Brasil, recebendo deste último ainda importantes encomendas de azeite em almotolias, para além dos vinhos tratados que enviava para Gaia. Nos finais de 1886, uns meses antes da inauguração da linha do Tua, a propriedade agrícola de Mirandela estava estabilizada, tinha a produção organizada, e apresentava resultados positivos, embora o escoamento dos produtos apresentasse alguns problemas, em face da conjuntura depressiva que se fazia sentir nas praças comerciais. Se seguirmos uma memória do filho José Meneres, ficamos a saber que, no jantar de final desse ano, Clemente brindava como de costume ao saldo positivo e aos filhos que ali o ajudavam (Alfredo, o organizador da contabilidade, e Agostinho), prometendo-lhes, além do ordenado, uma participação nos lucros futuros:

“Então o Alfredo, agradecendo-lhe em improvisado discurso, foi dizendo com grande emoção que ele e o irmão estavam com vontade de trabalhar e prosperar e que aquela vida aqui não oferecia futuro, que o Pai ainda estava novo e que os três deveriam pensar em ir para o Porto, de onde poderiam vir aqui amiudadas vezes, por que o caminho de ferro em breve ia ser inaugurando, proporcionando viagens rápidas. Ao Pai vieram-lhe as lágrimas aos olhos e nada respondeu, mas no dia seguinte, ao jantar, onde estavam todos, disse: - Estou pensando no que ontem o Alfredo disse, ele tem razão. Vou amanhã ao Porto, a casa de Monchique que está arrendada a vários inquilinos vai ser despejada e a arranjar e adaptarei a nossa moradia e em alguns dos armazéns se montará a fábrica de rolhas e se aumentará com outros negócios que desenvolveremos”.

O interior transmontano não convencia a geração mais nova! Dois meses fazia-se a mudança. Clemente manda arranjar a sua casa de Monchique, nos seus 5 andares, consegue um comboio especial (antes ainda da inauguração) do Romeu até ao Tua, onde depois tomaram outro comboio para o Porto, transportando a família, operários e máquinas, montando de novo a fábrica de rolhas num dos armazéns do ex-Convento. Em face da necessidade de ampliar os negócios, organiza mostuários da sua produção própria e parte de novo para o Brasil e Rio da Prata, atravessando mais uma vez o “charco” Atlântico, que os homens de oitocentos tratavam familiarmente.

2.6 - A sociedade familiar

Na volta do estrangeiro, Clemente Meneres reorganizou o estabelecimento, constituindo sociedade com os filhos Alfredo e Agostinho, em face do dinamismo revelado durante a sua ausência: cria então a firma a Clemente Meneres & Filhos, nela integrando todas as propriedades do Porto e Trás-os-Montes. O edifício do ex-convento de Monchique foi ampliado, de forma a incluir a residência e as instalações para a sociedade comercial, alugando ainda a terça parte que lhe não pertencia. A parte oriental do ex-convento passa a albergar as duas principais actividades - a fábrica de rolhas de cortiça e um armazém de vinhos e outras bebidas, estas com uma grande variedade de marcas e géneros, desde vinho do Porto, moscatel e malvasia e licores diversos, tanto de produção própria como de produção alheia. Anúncios, de produção artística, apresentavam a firma como fornecedora da Casa Real e costumavam apresentar referências relativas às

distinções obtidas nas exposições internacionais: Filadélfia 1876, Paris 1889, Lisboa 1884. Uma das marcas de vinho do Porto tinha por designação “Dom Luiz”, com autorização expressa do rei D. Carlos para o efeito.

O Inquérito Industrial de 1890 apresenta a componente fabril da firma como tendo um capital fixo de 50 contos de réis e circulante de 20 contos. Nela trabalhavam 29 operários e 11 operárias durante todo o ano (290 dias), com 10 horas diárias e 140 serões anuais (média de 3 horas)¹⁹.

Na exposição industrial de 1891, realizada no Palácio de Cristal, a sua participação na 2ª classe de expositores, relativa a produtos da indústria florestal, mereceu palavras de destaque no relatório final. O Conde de Samodães, na introdução geral aos relatórios das diversas classes, afirma:

“Como indústria particular avantajava-se a cortiça da casa Meneres & Filhos, na calçada de Monchique no Porto. A casca do quercus suber ali nos aparecia sob todas as formas, desde a rolha, que é a sua principal utilização, até ao rendilhado primoroso do quadro oferecido à simpática Rainha a Senhora D. Amélia”.²⁰

Entretanto, o investimento da sociedade alargava-se a outras áreas. Por exemplo, em 1890, a firma Clemente Meneres & Filhos participava na sociedade em comandita Sousa Santos & Irmão, para o estabelecimento de uma fábrica de fundição que adquiriram a John Ayres, em Miragaia (Monte de Judeus). Uma sociedade prevista para durar oito anos, realizada com os dois irmãos Sousa Santos que ficavam como gerentes e com uma quota de 500\$000 réis cada, enquanto a Clemente Meneres & Filhos e ainda Henrique Pinto Alves Brandão participavam com 3500\$000 réis cada, perfazendo assim um capital social de 8 contos de réis. Estes dois sócios comanditários retirariam anualmente as suas partes de lucro, enquanto os sócios gerentes, para além da retirada mensal de ordenado, capitalizariam os seus lucros até que o capital respectivo igualasse o dos comanditários²¹. Um exemplo que nos mostra a proliferação de firmas a partir da confiança dos já estabelecidos em elementos promissores mas sem capital, permitindo-se que estes o realizassem gradualmente através da acumulação de lucros, tendo como contrapartida a garantia do seu interesse no bom andamento da firma.

E, no campo do giro comercial, chega a vez dos filhos irem também ao Brasil e ao Rio da Prata, primeiro Alfredo, depois Agostinho. A sociedade procurava marcar posição nos mercados sul-americanos, conseguindo sobretudo exportações de rolhas e azeite, só a exportação de vinhos se revelava mais difícil na conjuntura dos anos imediatos à constituição da empresa.

Em 1895, Clemente Meneres realizou a sua última viagem comercial à Palestina, Síria e Egipto e aí, perante as descobertas arqueológicas que visitou, deixou-se impressionar pelo sentido de finitude das coisas, através da observação das maravilhas de estatuária, decorações, etc, de há milhares de anos, símbolos de civilizações que se aniquilaram umas às outras e que agora só

¹⁹ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV: 1891.

²⁰ *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal*, 1893: XX.

²¹ ADP, Notarial, PO8, L. nº 650, f. 64 vº e seguintes.

valiam como vestígios de épocas de ouro. A possibilidade de o esforço e a entrega da sua vida se transformar rapidamente em arqueologia produziu-lhe angústia. Com efeito, o curto ciclo de vida das empresas comerciais e industriais também o preocupava, sobretudo encarando, como o fazia, o seu empreendimento de Mirandela mais com o coração do que com a razão. Isso levou-o a pensar em reestruturar de novo a firma existente, dando-lhe nova configuração jurídica, reduzindo a sua participação e colocando as propriedades transmontanas de fora. Tendo falecido a primeira esposa e chegada a ocasião de partilhas, dá-se a ocasião para a organização de uma nova firma, em 1895: Meneres & C^a, que representa o alargamento da anterior à filha Leonor (representada pelo marido Joaquim Barbosa) e ao filho José (que, com 19 anos, volta de Inglaterra, onde estudava, para trabalhar na sociedade).

Clemente Meneres reduziu substancialmente o seu capital na Meneres & C^a, com a retirada das propriedades transmontanas, acabando mesmo por sair do negócio mais tarde, dando a ideia de que só se manteve para credibilizar o empreendimento (que se anunciava como prosseguindo a actividade iniciada em 1867 por Clemente) e lançar os filhos no meio empresarial, embora alguns já estivessem perfeitamente integrados vida social. A Meneres & C^a, que lhe pagava uma renda de quatro contos pelas instalações de Monchique enquanto lá esteve, comprometeu-se a adquirir toda a cortiça do Romeu. Mas, em 1897, a firma Meneres & C^a, ao que parece, por não poder aguentar por mais tempos “os constantes vexames aduaneiros que sofriam por terem os seus armazéns dentro de barreiras, pelas constantes verificações de manifesto, resolveu construir armazéns fora de barreiras, em Matosinhos e assim, saindo de Monchique, separou-se de Joaquim Barbosa que ficou com a fábrica, mudando-a para a Alfândega Velha, sob a razão de Barbosa & C^a, em comandita, porque entramos para seu sócio para o ajudarmos com algum capital” (Palavras proferidas no Romeu em 18.5.1954 por José da Fonseca Meneres).

A sociedade Meneres & C^a ergueu em 15 meses, na zona então conhecido por Prado, à entrada de Matosinhos, os armazéns e oficinas da firma, com uma ocupação de 11.000m², para ali transferindo, nos inícios de 1899, os depósitos de vinhos até então observados no ex-convento de Monchique. O estabelecimento de Matosinhos, hoje em ruínas e à espera de recuperação, era então considerado modelar: com dois pisos ao longo dos seus 150 metros e com alguns torreões que subiam aos três pisos, agregava escritórios já com máquinas de escrever, gabinete de provas e análises, armazéns de vinhos em semi-cave para garantir temperaturas baixas, incluindo uma cisterna especial e filas de tonéis, com armazéns para os diversos tipos de vinhos, secção de engarrafamento, depósito de recepção com bomba eléctrica de trasfega ligada a uma rede de tubos, carpintaria mecânica, caldeira a vapor para accionar motores e um dínamo para produção de electricidade, levando até ao seu interior o transporte por carros de tracção eléctrica em colaboração com Companhia Carris, com ligações à rede geral (nomeadamente, a Alfândega e o porto de Leixões). A Meneres & C^a, que deu continuidade à exportação de vinhos para o Brasil, iniciando também remessas para as colónias africanas, deu origem, em 1905, à Companhia Vinícola do Porto (tendo José Meneres como director e Alfredo Meneres a Presidente do Conselho Fiscal), passando em 1908, a designar-se de Companhia Vinícola Portuguesa (houve litígio com a designação).

Deixando o negócio do Porto seguir o seu rumo pela iniciativa dos filhos e do genro Barbosa, Clemente Meneres pôde entregar-se totalmente ao Romeu e à actividade de produção das três produções tradicionais: cortiça, vinho e azeite.

Pouco depois, porém, da criação da firma Barbosa e C^a, verificaram-se dificuldades desta sociedade na aquisição de toda a cortiça, o que levou de novo Clemente Meneres a activar nova fábrica de rolhas em Mirandela, no largo do Toural, a qual passaria, mais tarde, para Monchique, para o edifício do ex-convento.

3. A criação da Sociedade Clemente Meneres, Lda

A preocupação de Clemente Meneres radicava então na eventual diluição do seu sonho transmontano, pela ameaça de fragmentação territorial típica do Norte pela via da herança. O quadro jurídico da constituição de sociedades alterou-se e veio ajudá-lo a concretizar esse objectivo de evitar a fragmentação. A lei de 11 de Abril de 1901 introduziu alterações no Código Comercial, permitindo a constituição de *sociedades por quotas de responsabilidade limitada*, que estabeleciam um meio termo entre as tradicionais sociedades em nome colectivo (de responsabilidade colectiva dos seus sócios) e as sociedades anónimas (de capital disperso por acções, limitando-se a responsabilidade ao montante investido). As sociedades por quotas de responsabilidade limitada passam a ser representadas apenas pela gerência (nomeadamente nas falências, limitando a responsabilidade dos investidores), podendo-se instituir limitações ao direito de alienação das quotas, estabelecendo, por exemplo, o direito de preferência.

O patriarca da família não perde tempo e, exprimindo o desejo de conservar indivisíveis as propriedades que detinha (nas quais se incluíam cerca de 200.000 pés de sobreiros), toma a iniciativa de formar uma sociedade por quotas. Em 18 de Dezembro de 1902 regista notarialmente a Sociedade Clemente Meneres, Lda, associando a si a esposa, os filhos e respectivos consortes.

Assim, eram outorgantes da escritura fundacional da Sociedade:

- Clemente Joaquim da Fonseca Meneres, por si e na qualidade de procurador da esposa, Antónia Cândida de Araújo Meneres;
- Leonor Meneres Barbosa e marido;
- Alfredo da Fonseca Meneres, por si e como procurador da irmã e cunhado, Maria da Glória da Fonseca Meneres Sampaio e marido;
- José da Fonseca Meneres;
- António Pinto de Oliveira (filho de Agostinho Meneres)

A Sociedade era constituída para um prazo inicial de 99 anos, com um capital de 90 contos de réis, mas em que a entrada de Clemente representava 88800\$000, ou seja 98,7% do total, sendo simbólica a participação dos outros seis sócios (200\$000 réis cada, em dinheiro). A realização do capital era apresentada da seguinte forma:

a) bens imobiliários sitos nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães e Macedo de Cavaleiros, no valor de 76.000\$000, réis;

b) Gados, utensílios agrícolas, vasilhames, géneros em depósito e pendentes, fábrica, maquinismos e utensílios, e marcas industriais e comerciais e cortiça existente na fábrica, avaliada em 12.800\$000 réis;

c) Em dinheiro 1200\$000 réis.

Seguia-se, na escritura, uma extensa listagem dos bens imobiliários, devidamente identificados, integrando, através da quota de Clemente, as propriedades rurais de Trás-os-Montes, bem como os gados e utensílios agrícolas.

A Sociedade tinha como objectivos:

- a) “explorar agricolamente na província de Trás-os-Montes bens rústicos, próprios ou arrendados, para a produção de vinho, azeite e cortiça e, acessoriamente, cereais, madeiras, mel e outros produtos agrícolas”;
- b) “manufacturar e vender os produtos dessa exploração agrícola”.

Mas o importante era o obstáculo jurídico à pulverização ou à entrada de estranhos para a sociedade, pois cada herdeiro passaria a ter apenas interesses na firma, tendo de os ceder para o seu interior caso pretendesse aliená-los. Com efeito, o acto de constituição desta sociedade é um meticuloso emaranhado de normas que prevê as diversas possibilidades de alienação das quotas, quer a título oneroso quer a título gratuito, estabelecendo sempre a possibilidade de ser licitada por outros membros da sociedade e a eles adjudicada, salvaguardando sempre, em caso extremo, a liberdade de alienação da quota²².

Para a direcção da Sociedade estipulava-se a eleição trienal de um gerente, bem como a de um gerente substituto. Eram ainda eleitos um presidente e um secretário para a assembleia-geral. O gerente tinha amplos poderes de gestão, desde deliberar sobre transacções, regular serviços, assinar documentos, contratos, nomear e demitir empregados e agentes, ordenar pagamentos, dirigir a contabilidade, apresentar balanços e inventários, fazer propostas anuais de dividendo e fundos de reserva.

A *Sociedade Clemente Meneres, Lda*. tornou-se numa das primeiras a assumir o estatuto de sociedade por quotas no espaço nacional, havendo documentos internos que a apresentam mesmo como a primeira do género no âmbito da exploração agrícola, domínio em que a configuração empresarial sempre foi rara.

Sublinhe-se que seis anos depois (24 de Fevereiro de 1908) se procede à elevação do respectivo capital, passando-o para 190 contos de réis, ou seja, mais cem contos, sendo esta entrada representada apenas pela integração do propriedade do ex-convento de Monchique (no valor de 65 contos) e por 35 contos de crédito individual que Clemente Meneres tinha sobre a sociedade, “proveniente de adiantamentos a ela feitos para as necessidades comerciais e industriais”. Note-se que, desde a fundação (1902) até 1908, a gerência, assegurada por Clemente Meneres, estava sediada na Quinta da Avenida, em Vila Nova de Gaia, onde morava a família, passando a partir de 1908 para o ex-convento de Monchique (uma vez que esteve antes ocupado pela firma Meneres & C^a, e pela Barbosa & C^a, sendo depois arrendado a vários inquilinos), além desse facto decisivo de só a partir desta data o ex-convento passar a integrar a Sociedade.

Sublinhe-se que, desde então, para além de funcionar como sucursal da Sociedade no Porto, o ex-convento (com armazéns anexos), passou a constituir uma fonte de rendimento muito significativo para a empresa, pelas rendas de diversos inquilinos, dada a sua posição frente ao cais de Monchique, no rio Douro, e próximo da Alfândega, o que tornava as dependências para alugar atractivas a empresas ligadas à exportação, a serviços de tipo aduaneiro e à própria Guarda Fiscal que ali esteve durante largos anos.

²² ADP, Notarial, PO4, L. n.º 778, f. 38 v.º e seguintes. Diário do Governo, n.º 294, de 29.12.1902.

Na sua componente rural, a Sociedade Clemente Meneres, Lda passou a ser um ex-libris de Mirandela, apesar de se estender também a concelhos vizinhos, e constituiu um modelo de exploração agrícola da região, tendo como núcleos de articulação – o Romeu, o local inicial de fixação, Vila Verdinho como pólo de exploração da cortiça (sobre o qual, o cineasta Manuel de Oliveira, realizou, muito mais tarde um belíssimo e pouco divulgado documentário), e Monte Meões, como centro do núcleo vinhateiro, aí erguendo uma casa apropriada para lagares e adega. E a extensão comercial manteve-se no Porto, inicialmente em Vila Nova de Gaia e depois no lugar de eleição de Clemente Meneres – o ex-convento de Monchique.

Entretanto, a procura de mercados externos não parava. Clemente Meneres foi praticamente o único animador da representação portuguesa na exposição industrial de Osaka (1903), no Japão, apenas acompanhado por outra firma de Matosinhos, a Lopes, Coelho Dias & C^a, de conservas alimentícias, e da Companhia Vinícola do Porto, esta dirigida pelo seu filho José Meneres. No pavilhão português de amostras, para além das latas de conservas daquela firma, lá estavam, de um lado, as cortiças e rolhas e, do outro lado, o azeite e vinhos de Clemente Meneres. Fotografias sobre o fabrico da cortiça e do vinho decoravam o pavilhão envidraçado, que, apesar da sua modéstia, mereceu referências elogiosas na imprensa japonesa, que divulgava o respectivo agente no Japão. Uma tentativa de ultrapassar intermediários, já que a cortiça portuguesa chegava ao Japão via Alemanha, o mesmo acontecendo com as conservas de sardinha via França²³.

A publicidade na imprensa e a participação em exposições era uma preocupação de Clemente Meneres, quer agora na Sociedade (Exposição de Paris, 1900; Exposição Universal de S. Luís, Estados Unidos, em 1904; Exposição Permanente de Produtos Portugueses, no Rio de Janeiro, 1906, Exposição do Rio de Janeiro, 1908; Exposição em Toulouse, 1908; *Imperial International Exhibitions*, Londres, 1909), quer nas anteriores firmas com os filhos, das quais nos chegaram excelentes cartazes dos finais do século XIX.

A transformação da cortiça não se revelava fácil. Já vimos como Clemente Meneres se viu obrigado a retomar a transformação da cortiça, instalando uma nova fábrica em Mirandela, por incapacidade da firma Barbosa & C^a, pertencente a um genro, não ser capaz de lhe absorver a cortiça produzida em Trás-os-Montes. Segundo dados recolhidos por José Parreira, o Livro Memorial fornece indicações datadas de 1900 sobre a nova fábrica em Mirandela, sucessivamente apetrechada com maquinaria para calibrar, fazer rolhas, caldeira e outros equipamentos. Em 1907, a fábrica apresentava já 25 máquinas, 16 das quais para fazer rolhas e 9 para quadrar, empregando cerca de 40 trabalhadores. Embora a fábrica apresentasse mecanismo moderno e procurasse empregar algum pessoal especializado (nomeadamente, o gerente substituto José Markl, com experiência de chefia em fábricas do Sul e de Espanha), anotam-se dificuldades técnicas na produção de rolhas, o que explicará que a exportação de cortiça da Sociedade para os países europeus se fizesse em prancha, enquanto as rolhas circulavam no mercado interno e no Brasil. Muitas destas dificuldades relacionavam-se com problemas nas máquinas e a dificuldade de assegurar a sua manutenção em Mirandela por falta de técnicos e as dificuldades da sua deslocação. Acresciam dificuldades na contratação de operários. Entre 1902-1908, registam-se produções

²³ MORAIS, 1977. Recolha de artigos publicados n' *O Comércio do Porto* da época.

anuais de rolhas a variarem entre cerca de 4 a 12 milhões de unidades, além de quadros, rolhões e bóias. As dificuldades de produção e novas disponibilidades de espaço no Porto, com a afectação do ex-convento de Monchique à Sociedade, terão levado à decisão de transferir a fábrica, sendo a maior parte dos maquinismos transportados pelo comboio em 1909. Para a nova unidade serão adquiridos outros equipamentos, tais como motores a gás pobre e um gerador. Em 1912, chegam novos motores eléctricos da marca AEG e máquinas de triturar cortiça. O encerramento da fábrica de Mirandela terá ocorrido em 1913²⁴.

Procedendo à legalização definitiva da unidade fabril, em 18 de Agosto de 1914, a Sociedade Clemente Meneres, Limitada, com sede em Mirandela, requer, com assinatura do então septuagenário gerente, na administração do Bairro Oriental do Porto, licença para o estabelecimento da nova fábrica de cortiça e seus derivados em Miragaia, no ex-convento de Monchique. A memória descritiva revela-nos a evolução técnica verificada, com os motores eléctricos a permitirem outra gestão dos espaços e de funções, num preciosismo descritivo que vale a pena acompanhar. Assim, a fábrica tinha em vista

“a produção da chamada prancha e ainda quadros e rolhas, a qual cortiça é cozida em uma caldeira... e depois de traçada e raspada manualmente é enfardada pelo mesmo processo. A cortiça destinada à fabricação de rolhas é rabaneada nas máquinas (nºs 6, 7, e 8) accionadas por um motor eléctrico de 1/2 cavalo, sendo depois essas rabanadas transformadas em quadros e rolhas por pequenas máquinas manuais (SSSS). As aparas são enfardadas em uma prensa hidráulica (nº 4) accionada por um motor eléctrico (nº 5) de 7 cavalos. Há mais uma mó (nº 2) e uma serra circular (nº 3), accionados por um motor eléctrico de 1/2 cavalo. A fábrica tem cerca de 40 operários que se empregam nos diversos misteres”.

Vale a pena sublinhar a apreciação que a revista *Agricultura Moderna* fazia, em Outubro de 1909, da Sociedade e do dinamismo que Clemente Meneres lhe imprimia:

“Propriedade única no seu género, que todos os dias se faz e que nunca se dá, nem dará feita (...). Não exageramos dizendo que não se passa um só dia, em que não haja um acréscimo, grande ou pequeno, mas aumentando sempre: todos os dias se fazem novos contratos de terreno ou arvoredo”.²⁵

Na verdade, a organização da Sociedade entusiasmara Clemente, o qual promoveu um novo surto de compra de terras. José Parreira²⁶ contabilizou a aquisição de 2112 propriedades entre 1903-1916, ou seja, durante a gerência de Clemente Meneres, uma grande parte das quais (1211) no concelho de Macedo de Cavaleiros). Mas as aquisições estenderam-se neste período a Mirandela, Bragança, Vinhais e Valpaços. O quadro seguinte, elaborado por José Parreira, fornece-nos uma ideia da distribuição territorial da Sociedade, em 1916, ou seja, no final do mandato de Clemente Meneres:

²⁴ PARREIRA, 1997: 184-200.

²⁵ Cit. por PARREIRA, 1997: 82.

²⁶ PARREIRA, 1997: 129

Quadro II
Distribuição geográfica de títulos de registo e propriedades da Sociedade Clemente Meneres, em 1916.

Concelhos	Nº de títulos de registo	Nº de propriedades
Alfândega da Fé	78	111
Bragança	85	206
Carrazeda de Ansiães	100	120
Macedo de Cavaleiros	711	1538
Mirandela	905	1719
Valpaços	2	2
Vinhais	27	91
Vila Flor	30	41

O aparecimento de novas (embora efémeras) fábricas de cortiça na região, nos inícios do século XX, nomeadamente por iniciativa de espanhóis, parece ter contribuído para um novo esforço para a aquisição de terras por parte de Clemente Meneres, como forma de controlar o mais possível a produção suberfícola. Os picos da emigração transmontana verificados na altura terão facilitado as aquisições, dado os candidatos à emigração estarem prontos para se desfazerem dos seus bens exíguos.

A plantação de vinhas nos terrenos montanhosos e pedregosos, mas com condições geológicas e climáticas adequadas para a produção de qualidade, mereceram o maior empenho de Clemente Meneres, sobretudo nas propriedades de Monte Meões, Moinho do Gato, Barreais, Canameira, Olival das Vinhas e Quinta da Porta, não obstante o custo elevado de tais plantações, assim como das estruturas de apoio (entre as quais se destacava o lagar de Monte Meões). O vinho do Romeu passou a merecer o elogio dos especialistas, que reconheciam em Clemente um produtor preocupado com os aspectos técnico-científicos da produção.

Sublinhe-se que, ao abrigo do decreto de 10.5.1907 e do regulamento de 16.5.1907, que estabelecia uma nova demarcação para o “Alto Douro”, as terras da Sociedade são integradas na região demarcada. Com o decreto de 27 de Novembro de 1908 alteraram-se de novo os limites, excluindo o de Mirandela, estabelecendo-se, porém, que se poderiam manter na região demarcada as propriedades que pela natureza do solo e clima apresentassem condições para isso, bastando aos proprietários apresentar solicitação ao governo para serem objecto de um exame de peritos para esse efeito. Foi o que aconteceu, com a reclamação de Clemente Meneres em relação a Romeu a ser deferida (Diário do Governo de 1.10.1910) e, conseqüentemente, os seus vinhos foram revalorizados. Legislação posterior confirmou esta integração (dec. 4655 de 16.7.1918 e dec. 7934 de 10.12.1921). Sublinhem-se, entretanto, as dificuldades observadas para o escoamento do vinho na segunda década do século XX, depois fortemente agravadas pela Guerra, o que levou Agostinho Meneres a um périplo pelos países nórdicos e Alemanha na tentativa de encontrar clientes não só para o vinho como para a cortiça. Com o direito ao benefício do vinho do Porto, a Sociedade passou a vender também vinhos às firmas inglesas sediadas em Gaia (Croft, Sandeman).

Não se esqueça ainda o seu papel na promoção do cultivo da oliveira para a produção de azeite, construindo em 1907 um lagar e ensaiando a adubação química, bem como exercícios de culturas de cereais e plantação de árvores de fruta (segundo José Parreira, em 1915, são enviadas para plantação no Romeu 1932 ameixieiras, 664 cerejeiras, 305 figueiras e 633 ginjeiras)²⁷. Algumas colmeias, permitiram vender “mel de Jerusalém”.

Clemente procurou mesmo aumentar a capacidade local da mão-de-obra: face à elevada taxa de analfabetismo que ali fora encontrar, quase 100%, mandou construir para o efeito uma escola primária. Como curiosidade ilustrativa deste clima social, sublinhe-se que o funcionário que lhe fazia as compras de terras e efectuava os pagamentos desde 1874 – Bernardo Maurício - nem sequer sabia ler ou escrever, engendrando apontamentos de exclusiva decifração pessoal que lhe permitiam dar conta de vendedores, confrontações, locais, etc.

Pelo menos desde a campanha pelo comboio do Tua, Clemente Meneres tinha plena consciência dos grupos de pressão na vida económica do liberalismo. De regresso ao Porto, integra-se naturalmente em espaços de sociabilidade associativa, com a colaboração dos filhos. Já era sócio da Associação Comercial do Porto, mas alguns dos seus filhos vão integrar a direcção desta influente agremiação. Ele próprio integrou o movimento de refundação da Associação Industrial Portuense, fazendo parte do elenco da direcção de 1891-92, presidida por Jacinto de Magalhães que “ocupou” a então decadente Associação para lhe imprimir novos objectivos e combatividade. E o seu filho Alfredo Meneres, depois de integrar a direcção da União dos Industriais do Norte, subiu a Presidente da AIP em 1898-99, aguentando o “choque” da crise que se seguiu à declaração de peste bubónica na cidade e a consequente imposição das medidas quarentenárias.

Sublinhe-se, de resto, que Alfredo Meneres foi um dos responsáveis pela racionalização agrícola da empresa e um dos seus dinamizadores, ainda que sob a perspectiva do patriarca da família. Se Clemente Meneres sonhou e ganhou espaço, Alfredo, formado, e não por acaso, em agronomia (tendo sido aluno do célebre Ferreira Lapa), foi porventura a alma dos processos de cultivo e de aproveitamento. A sua monografia sobre Carvalhaes dá-nos elucidativos exemplos a este respeito. Procurou desde cedo, por exemplo, aproveitar a azeitona para a indústria de conserva, embora o facto de a produção nacional ser fraca levasse à sua completa absorção para a produção de azeite. Alfredo defendia para isso novas atitudes de cultivo: “normalizada a produção, educando-se as oliveiras por uma conscienciosa poda, estabelecendo-se a apanha da azeitona em regras acertadas, suprimindo-se o processo de varejo a cacete e adoptando-se o de colheita à mão, ripando o fruto, cessará o ano de contra-safra e, então, poderá Carvalhaes não só fabricar muitos milhares de hectolitros de azeite, como ainda tornar a contribuir para a industria conserveira”. À imitação dos da empresa, alguns montes adjacentes foram também plantados de oliveiras. Só em 1910, em Carvalhaes, Alfredo Meneres plantou 1113 oliveiras. E em “Vila Joaquina” propriedade que retirava o nome da esposa de Alfredo, plantava nessa altura uma média de 4000 árvores de diversas espécies de tipo florestal e de fruto. No campo da vinha, para além de apurar o moscatel, ensaiaram a produção de uvas passas, contratando para o efeito um técnico de

²⁷ PARREIRA1997:170.

Málaga, bem como de mostos sem álcool ou sumo de uva esterilizado, à maneira dos produzidos na Califórnia, embora sem grande êxito²⁸.

Em boa hora, Clemente Meneres instituiu a Sociedade com o seu nome e autónoma dos outros ramos de actividade. Em 1906, os restantes interesses económicos da família já estavam dispersos. E a firma Meneres & C^a, que chegou a estar instalada em Matosinhos como exportadora de vinhos, era já dada como extinta, tendo o seu stock remanescente passado para a entretanto criada Companhia Vinícola do Porto, com sede no Porto e armazéns em Matosinhos, precisamente na Avenida Meneres, uma homenagem da Câmara local a esta família de empresários. Era a Companhia Vinícola uma companhia por acções, com o capital de 500 contos de réis, de que era principal director José Meneres, enquanto o irmão Alfredo Meneres surgia como presidente do Conselho Fiscal.

A melhoria das comunicações entre Romeu e o Porto tinha conferido novas potencialidades à gestão da firma, o que aconteceu com o comboio, nomeadamente a partir de Julho de 1905, quando entrou em funcionamento o ramal Mirandela-Romeu. De resto, foi ainda na gestão de Clemente Meneres, em 1913, solicitada autorização para a construção de um armazém e cais na estação do Romeu, em terras da Sociedade, para facilitar os despachos da produção para o Porto ou outros destinos. Como ponto negativo, o comboio trouxe apenas alguns desentendimentos em face dos contratos de expropriações e a afectação, na prática, de alguns terrenos da Sociedade, não se podendo esquecer ainda alguns incêndios que a locomotiva provocava, cuja responsabilidade a companhia ferroviária recusava assumir.

Finalmente, em 1915, chega ao Romeu o primeiro camião automóvel, um meio decisivo para a gestão local da empresa no transporte de mercadorias e pessoas, nomeadamente o transporte da cortiça, antes realizado por carros de bois e mulas dos vários pontos da Sociedade, continuando estes últimos a fazerem o serviço nas zonas de mais difícil acesso.

Mas, antes do camião, chegara a Primeira Guerra Mundial, cujo desfecho Clemente Meneres já não terá vida para acompanhar. No entanto, viveu ainda o suficiente para apreender os primeiros dissabores, nomeadamente a quebra imediata das trocas mundiais, com repercussões directas nas exportações da Sociedade, cujos melhores clientes de cortiça – Inglaterra e Alemanha, eram agora beligerantes, o que, dado o posicionamento português, acabou por trazer o fechamento do mercado alemão. Mas as dificuldades são gerais, com suspensões de encomendas, aumentos de fretes na navegação e escassez de carreiras, além dos impostos de guerra e de um fenómeno larvar que o conflito acelerará de forma exponencial, a inflação, com consequências directas no custo de vida, nos padrões de consumo, no funcionamento dos mercados, cuja abertura anterior dará lugar a um mundo mais compartimentado. A acção de Agostinho Meneres, que funcionava com vendedor no mercado europeu e que estava em Hamburgo por ocasião dos inícios do conflito, foi desde logo dificultada, tendo mesmo de se transferir para Copenhaga.

Entretanto, aproximava-se a hora do fim para Clemente Meneres. Ultrapassada a fase do comboio, mostrava orgulho e amargura com a sua vida empresarial de sucesso. Representava-se a si próprio como pioneiro que levava desenvolvimento ao interior, estabelecendo conexões necessárias entre a produção local e o mercado externo. Deve sublinhar-se que se tornou o

²⁸ MENERES, 1916.

grande empregador da região do Nordeste Transmontano, dado o seu empreendimento ser ali o único vocacionado para a produção de grandes quantidades destinadas directamente ao mercado.

Mas a actividade agrícola padecia de um grau de incerteza pouco compatível com os hábitos racionais do empresário urbano, para além da falta de estruturas de circulação eficientes que permitissem rentabilizar a sua comercialização. Secaram-lhe, em períodos sucessivos, milhares de sobreiros que, mesmo reduzidos a carvão, lhe deram prejuízo por serem incomportáveis as tarifas para o Porto. Não conseguia renovação, porque as plantações de novos sobreiros eram dizimados pelas cabras que invadiam as propriedades, sobre as quais não havia coimas que resultassem, “porque essas cabradas são dos capitalistas argentarios d’esta terra”, afirmava, numa evidência do conflito que opunha o empresário vindo do exterior, movido por valores de estreita racionalidade económica e respeito pela propriedade privada, aos lavradores locais que tiravam o seu rendimento de práticas ancestrais de pastorícia nas zonas de monte.

E interrogava-se sobre se não seria melhor dedicar-se “a uma comoda vida argentaria, empregando esse dinheiro ao juro que outros alcançam”, e ao qual tivera de recorrer para estabelecer a sua própria organização, como já vimos. Mas reconhecia logo, num discurso paternalista, que esse nunca fora o seu ponto de vista, que a sua acção agrícola proporcionara trabalho permanente ao operariado da região, contribuindo para evitar o êxodo rural que se verificava nas povoações mais a norte do distrito, onde não havia trabalho assalariado. A sua obsessão passava por “*inventar serviços*”, ou seja, tentar alternativas: a plantação de vinha em terrenos pedregosos que começou por vender à Sandeman, mas que depois terá a marca da casa, exportando directamente; a plantação de oliveiras, com produção de azeite de elevada qualidade; a fruta (aspecto muito desenvolvido em períodos já posteriores); e, naturalmente, a de acrescentar valor à exportação de cortiça.

A grande dificuldade era o transporte da produção para o litoral, a falta de serviço prestado pelo comboio, que apresentava tarifas elevadíssimas mas sem vagões adequados ao transporte de produtos deste tipo, situação que ele apostrofava e de que acusava o governo por no contrato ter garantido o juro do capital investido, reembolsando a Companhia da diferença, pelo que esta não precisava de melhorar os serviços como o faria se tivesse de prevenir lucros!

Com a deflagração da primeira guerra mundial perde o mercado alemão, principal destino das suas exportações de cortiça, passando apenas a vender cortiça delgada para os Estados Unidos; o mercado inglês refluía também no vinho, obrigando a aumentar os stocks. A colheita de cortiça era agora mais escassa e obrigava-o a comprá-la no mercado para aguentar a fábrica do Porto. A conjuntura de guerra apresentava-se sombria. A força poderosa das movimentações tectónicas da economia parecia insuperável... tanto mais que lhe faltavam as forças da juventude.

Pressentindo o fim, dado estar gravemente doente, promoveu uma reunião em 18 de Maio de 1915 em Romeu, com o pretexto de festejar o 41º aniversário da sua chegada ali pela primeira vez, para a qual convocou familiares e amigos. No discurso que produziu, traçou a sua autobiografia, enfatizando a ligação a Trás-os-Montes²⁹, levando os convidados, no final do almoço, a visitar as matas e os vinhedos agora pertencentes à Sociedade. A mensagem estava transmitida.

²⁹ MENERES: 1915.

Clemente Meneres faleceu a 27 de Abril de 1916. Embora tivesse alguns capitais dispersos, sob a forma de acções ou quotas³⁰, de terrenos e de várias casas de morada, a grande parte da herança era a constituída pela participação que detinha na Sociedade Clemente Meneres, Lda., solução empresarial que solidificou as suas canseiras em Trás-os-Montes.

No testamento, deixou 1500\$00 em papéis de crédito para rendimento com a finalidade de serem distribuídas esmolas a pobres de Miragaia (freguesia do estabelecimento do Porto), de Vila da Feira (terra de origem) e 6 contos em rendimento para os pobres das 49 freguesias por onde se espalhavam as propriedades de Trás-os-Montes. Deixou ainda donativos para a Ordem de S. Francisco (1 conto) e para o hospital de Mirandela (4 contos). Doações que a Sociedade se encarregou de realizar.

4 - A SCM sob a gerência de José da Fonseca Meneres (1916-1954)

José da Fonseca Meneres, então com 39 anos e filho mais novo do primeiro casamento de Clemente Meneres, foi o seu sucessor na gerência da Sociedade. A sua acção traduziu-se em dar continuidade ao funcionamento das estruturas criadas pelo pai, ajustando-o à evolução da conjuntura, consolidando as práticas de exploração da terra e a comercialização dos seus produtos, ampliando os terrenos por aquisição de novas propriedades adjacentes às da Sociedade. Note-se que José Meneres tinha a sua vida organizada em torno dos negócios urbanos no Porto, tendo sido gerente durante muitos anos da Companhia Vinícola, criada por si e pelos outros irmãos a partir da Meneres & C^a, estabelecendo depois residência em Vila Nova de Gaia, construindo uma habitação junto à do pai (Quinta da Avenida, em Santa Marinha), onde chegou a ser presidente da Câmara Municipal.

A sua gerência ocorre numa época particularmente difícil. Recebe a gestão da empresa em plena guerra mundial, atravessa o penoso período de entre as guerras (muito marcadas pelo fenómeno da carestia de vida, pelo desencadear da inflação galopante, pela agitação política e operária, a que se seguiram as políticas da “nova ordem”, na sequência da revolução de 28 de Maio de 1926), vive a depressão dos anos 30 e de novo a guerra mundial.

Um dos primeiros problemas com que se defrontou foi o de procurar resolver os problemas dos incêndios decorrentes da passagem das locomotivas que passavam pela linha de Mirandela, lançando faúlhas que incendiavam as ervas e arbustos junto à linha, propagando-se à mata. Apesar das denúncias e demonstrações, as tentativas de responsabilização da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, que já vinham a ser desenvolvidas desde o tempo de Clemente Meneres, demoraram a surtir efeito, só se chegando a um acordo para indemnização por danos sofridos em Maio de 1917.

Outro “handicap” do Romeu que José Meneres tentou resolver foi o da escassez de água, mandando proceder a diversos furos artesianos. As tentativas realizadas em 1916 resultaram, então, infrutíferas, baqueando após muitos esforços e despesas ante a configuração granítica do

³⁰ Por exemplo, pequenas participações, avaliadas entre 1 a 2 contos, na Empresa das Águas do Gerês, na Fábrica de Moagem Portuense, na Sociedade de Melhoramentos do Gerês, na Empresa de Pesca de Portugal, na Fábrica de Papel do Caima, entre outras.

subsolo. Neste contexto de escassez de água (em que a precipitação anual é muitas vezes inferior à do Algarve), até a neve acabava por ser um factor positivo. “Oxalá tenha nevado bastante. Se a neve for abundante é uma boa rega e com vantagem, porque estaciona e funde por igual, devendo por isso entrar bem nas matas” – lê-se numa carta de José Meneres ao feitor Lopes Seixas.

É ainda em 1916 que se estabelece a linha telefónica que liga Mirandela a Carvalhais (onde vivia Alfredo Meneres), Monte Meões, Romeu e Vila Verdinho. Juntemos a este pormenor o facto de um ano antes a Sociedade ter adquirido o primeiro camião de transporte e poderemos dizer que as novas tecnologias de comunicação da época (telefone e transporte rodoviário) chegavam, assim, ao Romeu em plena guerra mundial.

Por esta altura, a exportação de rolhas para o Brasil ainda tinha significado. Em anotações, datas de carta de 29 de Dezembro de 1916, para o consignatário Júlio Valverde, para lhe facilitar a acção no Brasil, a gerência da Sociedade fornecia-lhe uma tabela, com possibilidades de descontos até 5%, e a indicação de clientes habituais espalhados por aquele país. A distribuição desses clientes era a seguinte: Manaus – 22, Pará – 8, Maranhão – 15, Paraíba do Norte – 3, Ceará – 9, Pernambuco – 14, Maceió – 8, Baía – 22, Rio de Janeiro – 8, S. Paulo – 6, Santos – 1, Curitiba – 3, Rio Grande do Sul – 5, Porto Alegre – 14.

Entretanto, a venda de outro produto do Romeu – o vinho – continuava a ser negociada com a Companhia Vinícola Portuguesa. Davam-se também instruções para se produzir o azeite com o maior cuidado, pois a qualidade transformava-se num factor que pesava no preço: “pelo novo decreto do governo, todo o azeite que tiver menos de um grau de acidez poder-se-á vender a 650 réis o litro, ao passo que se tiver mais um décimo que 1 grau não se poderá vender a mais de 450 réis. O nosso azeite nunca tem tido mais de 1 grau, no entanto é preciso ter muito cuidado” (ofício de 15.11.1917)³¹.

A casa de Vila Verdinho foi arranjada, por esta altura, para efeitos de alojamento de guardas e do pessoal corticeiro: mandou-se cimentar a loja e fazer tarimbas a toda a volta. Estabeleceram-se mais colmeias em vários pontos dos terrenos da Sociedade (Vila Verdinho, Olival das Vinhas, Monte Miões, Sendas, Romeu e outros), entregando-as ao cuidado dos guardas da Sociedade, afirmando-se o mel também como um produto da Sociedade, embora com peso insignificante no conjunto dos negócios da firma.

Entre 1918 a 1920, vários tipos de problemas criam embaraços à Sociedade. Logo em 6 de Julho de 1918, verificou-se um incêndio na fábrica de rolhas da fábrica Barbosa & C^a, sediada em Monchique, numa das dependências do ex-convento: “Tivemos aqui um incêndio tremendo, na fábrica do snr. Barbosa, ardendo toda e mais dois armazéns novos que da outra vez tinham ardido e que há um mês tínhamos acabado de reconstruir e a ilha, tendo, além disso, ardido o andar superior da casa que foi a nossa moradia antiga. O nosso prejuízo é grande porque estão os materiais caríssimos e não há seguros que cubram este prejuízo”³². Note-se que Joaquim Barbosa era genro de Clemente Meneres e foi presidente da assembleia-geral da Sociedade durante vários anos. Ainda nesse ano, grassou uma epidemia no Romeu, que atacou vários trabalhadores

³¹ ASCM, Copiador de correspondência, 1917.

³² ASCM, Copiador de correspondência, ofício de 8.7.1918.

(não é identificada nos documentos, mas lembremos que a peste pneumónica grassava então em muitas zonas de Portugal).

Em 1919/1920 há dificuldades com trabalhadores, surgindo conflitos de natureza laboral. O recrutamento de pessoal para os trabalhos sazonais na cava e plantação das vinhas passa a ser feito no Minho, de onde chegam grupos, liderados por um capataz, com quem se contrata o trabalho.

Depois é o míldio que ataca em força as vinhas do Romeu. Em carta de 16 de Junho de 1920, José Meneres pede ao feitor Lopes Seixas que arranje pessoal onde puder, dado ser tempo das ceifas, para trabalhar nas vinhas (“Tirem gente das cegadas, do diabo, mas encham as vinhas com povo a trabalhar. Então havemos de assistir impassíveis à miséria que há tanto tempo vem anunciada?”). A receita da época passava, então, por sulfatar de vinte em vinte dias e aplicar enxofre.

E até a professora da escola do Romeu teve de ser chamada à atenção: “Esta Sociedade, quando pôs à disposição uma das suas dependências para escola da freguesia do Romeu, foi com o fim altruísta de ver os filhos dos povos desta terra aprender e sair do estado de analfabetismo em que se encontravam. Ora acontece (...) que, desde Outubro, V^a Exc^a, pouco mais de meia dúzia de aulas deu” Perante esta desconsideração, a Sociedade, pela voz do seu gerente, ameaçava requisitar a sala e denunciar a situação³³.

A conjuntura de depressão internacional, bem como os problemas decorrentes da agitação laboral e de aumentos de salários trazem à Sociedade grandes problemas nos vários tipos de negócio. O vinho, em particular: “a crise é horrível, não há dinheiro e os vinhos estão a baixar imenso, não só porque os comerciantes que o tinham precisam realizar fundos mas ainda porque a Inglaterra anulou todas as encomendas” (carta de 7 de Setembro de 1920, a Lopes Seixas).

E também o negócio da cortiça declina, sobretudo em termos de transformação da cortiça em rolhas (o que representava mais valor acrescentado na colocação do produto). Em Julho de 1920, José Meneres vendeu a maior parte das pilhas de cortiça no local a um comprador, abdicando da sua transformação e exportação. E o conflito laboral que se arrastava produz mesmo uma greve, com os operários da fábrica de cortiça a exigirem mais 20% nos salários. Este facto não deve ter sido alheio ao declínio apontado: se, face às restrições dos mercados internacionais no pós-guerra era difícil vender rolhas, a greve vinha na pior altura para a continuidade do trabalho fabril.

Algumas transcrições ajudam a compreender o declínio da componente industrial da Sociedade. Assim, em carta a um comissionista do Rio Grande do Sul (Brasil), José Meneres (em 15 de Dezembro de 1920), afirmava: “visto termos facturado o artigo para esse Snr. a preços ínfimos, unicamente para o servir, tanto que hoje nem por quatro vezes mais o preço dessas rolhas nos conviria, o que nos tem levado a reduzir quase a zero a nossa fabricação deste artigo”³⁴.

Com a laboração industrial da cortiça em ponto mínimo, a exportação, ainda que reduzida, fazia-se agora em fardos: em Dezembro de 1920, seguem para Bremen 244 fardos de cortiça

³³ ASCM, Copiador de correspondência, ofício de 14.4.1920.

³⁴ ASCM, Copiador de correspondência, 1920.

embarcados no vapor “Hector”, com destino à casa Hzm Hingst & Cie. Mas a ordem dada a Lopes Seixas continua a ser de vender cortiça a quem aparecer no Romeu, desde que seja por pilhas completas, com níveis de preço muito flexíveis.

A instabilidade social dos inícios dos anos 20 assume várias formas, não sendo animadora para a acção industrial, dada a proliferação do anarquismo e das suas formas de acção directa. Em 7 de Março de 1921, do escritório de Monchique informam José Meneres, ausente no Romeu: “Esta noite atiraram bombas em diversas partes da cidade, tendo havido mortos e feridos; entre aqueles encontra-se o major Nogueira, que foi da polícia. Dizia-se que gorou a greve geral marcada para hoje, tendo ainda assim um grupo de grevistas impedido até tarde a saída dos eléctricos”. Na noite seguinte, rebentariam ainda mais bombas no Porto.

Em 16 de Junho de 1921, as instruções de José Meneres ao feitor do Romeu são elucidativas do clima económico: “Temos de seguir esta orientação: a cortiça enfarda-se, coloca-se em pilhas enfardada perto da estação, onde se pagará a um guarda para a guardar, porque com a melhoria do câmbio o pânico é horrível, muitas fábricas estão a fechar, não se sabendo até onde irá isto parar, e é possível que não haja por enquanto compradores”.

No ano seguinte, a Sociedade vende não só cortiça como algumas máquinas e utensílios fabris à firma *Cortiças de Mirandela*, que então despontava na zona, com a qual mantinha boas relações. No entanto, a Sociedade continuava a dispor de algum equipamento industrial que, a todo o momento, podia activar. Uma relação de 1 de Agosto de 1922 revela existirem no espaço fabril da Sociedade, em Mirandela, uma caldeira, uma pá de ferro, um guindaste, moitões, bancas, prensas, 2 máquinas de rabanear, 1 máquina de calibrar bilros, 1 máquina de marcar rolhas, balanças, 10 máquinas de quadrar e oito de fazer rolhas, entre outro equipamento.

Pouco a pouco, contudo, começam a surgir nos livros da Sociedade referências de vendas de cortiça a vários negociantes/fabricantes da zona da Vila da Feira, S. Paio de Oleiros, Paços de Brandão, que se vão tornar, com o decorrer do tempo, nos únicos compradores da cortiça do Romeu, à medida que a indústria corticeira ali se desenvolve, começando a ganhar algum significado no decorrer da década de 1920.

Com mais ou menos sobressaltos, a Sociedade sobreviveu aos tempos instáveis do pós-guerra, alcançando mais estabilidade nos tempos que se seguiram à instauração da Ditadura Nacional, a partir de 1926. Note-se que José era acompanhado na gerência, embora com acção reduzida, apenas simbólica, por Manuel Meneres, seu irmão (mais novo, filho do segundo casamento de Clemente), o qual se distinguiu no comércio de automóveis, instalando, na década de 20, o Palácio Ford, na Avenida dos Aliados, no Porto, sendo representante daquela marca na cidade.

Com o novo regime político, começa a verificar-se uma acção de regulação por parte do Estado, emergindo a legislação de organismos que vão ser a pedra de toque do corporativismo económico. Basta lembrar que a regulamentação sobre os sobreirais, práticas de extracção da cortiça, cortes de sobreiros, datam essencialmente desta altura:

- Decreto nº 13658, de 20 de Maio de 1927;
- Decreto nº 15020, d 9 de Fevereiro de 1928;
- Decreto nº 16953, de 8 de Junho de 1929
- Decreto nº 19072, de 25 de Novembro de 1930;
- Decreto nº 19636, de 21 de Abril de 1931.

Seguir-se-ão os organismos encarregados da acção reguladora, tais como a Junta Nacional da Cortiça, a Junta Nacional do Azeite, a Casa do Douro. Estes organismos procurarão fazer respeitar os interesses dos produtores, solicitando medidas legislativas sempre que a ocasião aconselhar. Em 1930, a Sociedade apontava à então Associação de Olivicultores de Portugal o papel nocivo que se estava a verificar pela introdução clandestina de azeite espanhol, contribuindo para a degradação da qualidade do azeite no mercado e para a degradação dos preços, passando depois a activar o mesmo tipo de expressão crítica perante a Junta Nacional do Azeite.

Por esta altura, tendo em conta a repercussão da evolução da vida familiar na composição societária, a Sociedade era constituída por 20 sócios, dos quais os de quota mais elevada eram José e António, com 32.500\$00 cada, a que se seguia a viúva do fundador, D^a Antónia Cândida de Araújo Meneres, com 15.775\$00, no conjunto dos 190 contos de capital social que se registava desde a fundação. No âmbito do pacto social, a alienação das quotas privilegiava o crescimento interno, isto é, quando algum sócio pretendia desfazer-se da sua quota, dava-se a preferência de aquisição aos demais sócios ou à própria Sociedade, embora surgissem algumas variações, como o caso de Alfredo Meneres que, morrendo sem filhos em 1916, fez questão de que a sua quota fosse distribuída equitativamente pelos sobrinhos. Em termos de propriedades, a Sociedade conglomerava então 4231 títulos de propriedade nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Vila Flor e Vinhais, incluindo os edifícios do ex-convento de Monchique, na cidade do Porto.

Em 1930, José Meneres recebia a Comenda de Mérito Agrícola, pela acção empresarial desenvolvida à frente da Sociedade. E em 1932, face às novas exigências fiscais e de informação estatística, a gerência declara a Sociedade Clemente Meneres como exclusivamente agrícola: “É uma sociedade que se dedica exclusivamente à exploração agrícola, não sendo por isso sociedade comercial, únicas a que se refere o artº 6 do Decreto nº 16927”.

Em 1937, verifica-se a entrada em funções, no Romeu, de um novo feitor – Alberto Francisco, uma vez que Lopes Seixas estava já muito envelhecido. A retirada oficial só ocorre, porém, em 1941, quando ele decidiu voltar para a sua terra – Carrazeda de Ansiães. Ficou com reforma mensal e direito à casa de Vale de Couço. Tal como o anterior, Alberto Francisco será um modelo de dedicação à casa, aí permanecendo longo tempo.

Quando, por esta altura, algumas instâncias do regime corporativo lhe lembram a necessidade de as empresas criarem obra social, no espírito do Estatuto do Trabalho Nacional, pouco antes promulgado, e um jornalista visita a empresa para fazer reportagem sobre o tema, José Meneres, defendeu a aplicação anterior de preocupações sociais, radicando-as na obra de Clemente Meneres, respondendo desta forma:

“Clemente Meneres vindo até ao Romeu em 1874 comprou terras, ou antes, pedras onde a única coisa que havia era alguns sobreiros derrotados ou meio queimados, formou no que V^a Exc^a viu, uma das regiões então mais áridas e de pior cultivo no Distrito de Bragança, e que, desde que para ali foi, enterrou ali quase todo o dinheiro que ganhou nos seus negócios, com uma tenacidade e uma fé no futuro que causaram e ainda acusam admiração e espanto. E lhe disse mais e V. Ex^a deverá ter ouvido que ele pensou principalmente no seu pessoal, criando ali uma dinastia de empregados que se sucedem de pais a filhos, aconchegando-os e educando-os, olhando por eles nas suas doenças físicas e morais e não os abandonando na sua velhice, que de pedras fez terra, que a cultivou com enorme dispêndio e que a Sociedade Clemente Meneres, Ld^a, constituída em sua vida com os seus

para que a sua obra não se retalhasse, continuou na senda patriótica do seu fundador e tem a sua Escola, a sua Cantina e auxiliou a fundação da Casa do Povo, tencionando ampará-la para que ela se sustente e progrida correspondendo assim ao princípio nacionalista e corporativista³⁵.

A reportagem saiu e diversos organismos felicitaram a Sociedade pela acção social desenvolvida, entre eles a Casa do Douro. Entretanto, a Sociedade já tinha instalado no Romeu a electricidade, dispondo de uma central térmica privativa de 1950 kwh, existindo ainda, em complementaridade, uma bateria Tudor com uma capacidade de 109 amperes-hora para um regime de descarga durante 10 horas. Fornecia energia para a Casa do Romeu e instalações anexas, bem como para a escola privativa. A modernização ia-se fazendo, mas as dificuldades eram muitas, com a letargia do mercado da cortiça.

Foi por esta altura que José Meneres, apesar de desde sempre se ter documentado sobre os sobreiros e de procurar trabalhadores especializados para o efeito, procurou ir mais longe em termos de avaliação da sua prática agrícola. Para o efeito procurou que o maior especialista da subcultura em Portugal, o agrónomo J. Vieira Natividade, responsável pela Estação Agrícola de Alcobaça, já com numerosos trabalhos de índole técnica publicados, viesse ao Romeu e observasse o trabalho que se fazia nos sobreirais, pois verificava desfasamentos entre o que se fazia no Romeu e as regras previstas nos seus livros. Em 1938, Vieira Natividade por lá se demorou uns dias, prodigalizando alguns conselhos a José Meneres e aos encarregados das matas da Sociedade. Quando, em 1938, Vieira Natividade lhe enviou um novo livro sobre “Descortiçamento”, José Meneres, no agradecimento, exultou sobre a sua qualidade e clareza técnica e informava já estar a aplicar os seus conselhos:

“Já se está com a tiragem da cortiça, fazendo a extracção até à altura de 3 vezes a grossura da árvore e, em casos onde se tenha ido muito acima, até 3,5 vezes, mas isto muito excepcionalmente. Tenciono deixar já este ano, num canto do sobreiral do Quadraçal, uns 300 ou 400 sobreiros para a experiência que V^a Exc^a me indicou, de deixar a cortiça com a idade de 15 anos, como se fazia na Catalunha, no entanto, desejava saber se devo mexer a terra e se se tem outro qualquer procedimento, como poda, etc, durante o tempo que esperar pela tiragem no fim de 15 anos. (...) Com respeito ao desbaste de sobreiros, estão 500 árvores marcadas para serem arrancadas, velhas e carcomidas e que incomodam as novas. Mandei a participação à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas”.

Corre o tempo na cadência dos trabalhos agrícolas, com o mundo a incendiar-se em guerra à sua volta. As tensões convergem para a guerra da Espanha, depois eclode a segunda guerra mundial. Se a Portugal chegam as consequências que a guerra provoca na economia internacional, a verdade é que o País se liberta do conflito pela política ambígua, mas astuciosa de Salazar. As rotinas agrárias perduram, só interrompidas por fenómenos atmosféricos, como foi o caso do ciclone que em Fevereiro de 1941 arrasou a zona do Romeu, arrancando 2733 sobreiros da Sociedade. Não obstante estes episódios de carácter passageiro, a Sociedade transforma-se, cada vez mais, num exemplo de exploração agrária no Nordeste Transmontano: em 21 de Maio de 1941, o Romeu é objecto de uma visita de estudo do 5º ano agronómico, dirigida pelo Prof.

³⁵ ASCM, Copiador de correspondência, ofício de 31.12.1937.

Cincinato da Costa, para observação de propriedades com diversos trabalhos agrícolas; em 6 de Setembro seguinte, são os participantes do 2º Congresso Transmontano que então se realizava em Vila Real que ali se deslocam, para observação de plantações e instalações.

Sublinhe-se que, em 1941, o edifício original do Romeu, construído por Clemente Meneres foi objecto de um incêndio que destruiu todos os interiores. Assumiu a direcção dos trabalhos de reedificação, que ocorreu em tempo recorde, pois estava já pronto em 1943, o sub-gerente Manuel Meneres, que assim dava oportunidade à sua veia de arquitecto não oficializada. Nesses trabalhos teve o apoio do mestre Teixeira Lopes, seu amigo de Vila Nova de Gaia. Data desta altura um maior envolvimento de Manuel Meneres com a Sociedade, preparando-o para os novos tempos que estavam a chegar, em que se viu obrigado a dar apoio ao irmão José da Fonseca Meneres, então no declínio do seu ciclo de vida, e depois a suceder-lhe (1954).

Entretanto, o azeite, então um produto de valor crescente no mercado, era uma das produções que mais interesse suscitava no exterior, dada a elevada qualidade que o azeite do Romeu apresentava. Num ofício dirigido à Junta Nacional do Azeite, José Meneres descreve, numa determinada passagem, as práticas de recolha da azeitona, que, pela sua minúcia e evidência de preocupações com a qualidade produtiva, vale a pena transcrever:

“Há muitos anos que nos temos dedicado ao aperfeiçoamento da cultura da oliveira e fabrico do azeite nas nossas propriedades do Romeu e temos tirado bons resultados dos nossos esforços em prol desta cultura.

Mantendo os nossos olivais, por nós plantados, em estado próspero e não nos tendo furtado a despesas, com estudos dispendiosos e construções que a muitos tem parecido ousadas, mas que as temos posto em prática com a convicção de que não erramos, rompendo a rotina da região, onde aliás, na generalidade, se trata muito bem dos olivais, temos melhorado o sistema de apanha de azeitona que já há alguns anos vimos fazendo, com mulheres e rapazes, debaixo de uma fiscalização severa, por capatazes conscienciosos.

As mulheres trazem à cintura cestos especiais, evitando-se assim que a azeitona caia ao chão e como entendemos que a sua colheita se deve fazer antes cedo que tarde de mais, iniciámo-la já há dois anos por cerca de 20 de Novembro com bastante gente em pequenos grupos de forma que em fins de Dezembro (que é quando na região se começa) se encontra colhida, fugindo-se assim aos rigores da geadas e do Inverno que a dificultam, e evitando-se que ela caia, porque damos primeiramente volta às oliveiras das castas mais temporãs, como a Madural, etc, e deixando para o fim as mais serôdias, como a Verdial, etc.

Este processo pouco aumenta as despesas e tem a enorme vantagem de se ir colhendo sempre azeitona no estado próprio de maturação, evitando-se o inconveniente de se apanharem as azeitonas de maturação mais temporã, já no chão e em estado de decomposição. Do aceso estudo e actuação, verificamos que a colheita para os cestos por mulheres e rapazes, além de ser mais cuidada, resulta mais barato que o varejo ou a ripagem para as lonas no chão e recolhidas de seguida (...) o nosso azeite é finíssimo (...) todo entre 0,23 e 0,35 de acidez”³⁶.

O azeite vai ser, pouco depois, objecto de racionamento, um dos produtos atingidos pela escassez durante a guerra, surgindo novas imposições no domínio da sua comercialização. A Sociedade Clemente Meneres fez, em 1942, conjuntamente com outros produtores da região,

³⁶ ASCM, Copiador de correspondência, ofício de 1.4.1941.

uma exposição ao ministro da Economia no sentido de poderem continuar a vender o seu azeite directamente ao consumidor, sujeitando-se para isso às obrigações de manifesto, autorização de trânsito e preços tabelados, o que foi deferido. Esta situação evitou a passagem pelo intermediário, as misturas consequentes e assim se garantiu a persistência da qualidade do azeite do Romeu.

A venda da cortiça também continuou difícil, havendo anos em que não surgiu como um comprador para os montes de pranchas, o que obrigou a Sociedade, a partir de 1942, a transportá-las, por comboio, para um barracão em Espinho, vindo depois ali os compradores procederem à aquisição de pequenas quantidades, à medida das necessidades e disponibilidades, ou seja, a retalho.

A recessão provocada pela guerra era óbvia e foi neste ambiente toldado pela proximidade e incerteza da guerra que se realizou, em 1943, uma convocatória a toda a família para uma romagem ao Romeu, que ocorreu entre 19 e 22 de Setembro, para comemoração do centenário do nascimento de Clemente Meneres. Eram, então, 75 os seus descendentes.

Contudo, em plena Segunda Guerra Mundial, a Sociedade apresentou, para 1943, lucros de cerca de 442 contos (cerca de 28000 contos, se actualizados para valores actuais), o que revela a boa saúde que atravessava. Não obstante, o período da segunda guerra mundial mostrou-se particularmente adverso para o escoamento dos produtos. Por isso, os lucros apresentaram uma tendência decrescente nos anos próximos, atingindo-se um prejuízo significativo (147 contos), em 1949 (e um lucro apenas simbólico de 75 contos, em 1950). Na assembleia-geral de 25 de Março de 1950, perante esses resultados, surgiram intervenções preconizando um melhor rendimento da cortiça, nomeadamente o desbaste de sobreiros de “má cortiça ou decadentes que estivessem a assombrar outros”. A esse respeito, o gerente José da Fonseca Meneres explicou que

“tendo visitado há dez anos as nossas propriedades o distinto silvicultor Dr. Vieira Natividade, depois de uma visita demorada e minuciosa que ali fizera, aconselhara uma redução imediata no descortiçamento do sobreiro, não deixando ir tanto acima esse descortiçamento, e ordenando uma poda racional aos sobreiros, assim como a monda de sobreiros dos piores e de pior cortiça de forma a que os outros ficassem com um espaço conveniente para se desenvolverem. Que em tudo se procedeu como ele ordenara, tendo-se feito o desbaste durante três anos seguidos, com o corte no total de muitas centenas de sobreiros que, por falta de compradores, tiveram de ser aproveitados para carvão, que se fez de conta da Sociedade e que o seu produto de venda (que se arrastou por alguns anos) não deu para o corte e fabrico do mesmo. Que nessa ocasião houve o ciclone que assolou o país e com o que a Sociedade teve alguns milhares de sobreiros arrancados, que muito diminuíram a produção nos anos que se seguiram (como de facto se está dando), e por isso parou-se com o desbaste e por estar reconhecido que naquela região granítica os sobreiros não se desenvolviam como no sul, nem agradeciam o sacrifício do desbaste. O snr. Dr. Vieira Natividade, que pouco depois ali foi, reconheceu quanto avisados andamos sobre a resolução de se parar com o desbaste, e mais tarde, uns dez anos talvez, constatou e elogiou-nos pelos progressos que os nossos sobreirais tinham feito, pondo até elogiosamente em confronto com outros que a ganância dos carvoeiros e as necessidades de se apurar dinheiro com arreios, colocaram em decadência. No entretanto que este ano se marcariam os sobreiros nas condições que o snr. Alberto Pinto Meneres indicara, e muito estimaria que a pessoa que lá fosse fizesse oferta pelos que estivessem marcados para monda, sendo também para considerar que a nossa cortiça não é extraída de pau batido, mas em grande parte dos sobreiros, parceladamente, de dois em dois anos e, portanto, a monda vai dar como resultado se perder bastante cortiça já criada. Chamava, no entanto, a atenção dos sócios presentes para o gráfico das nossas colheitas de cortiça, a coisa mas desconcertante que havia e impossível de qualquer explicação lógica”.

Em 1951, a assembleia autorizou a gerência da Sociedade a fazer doação ou venda (como melhor entendesse) de um terreno (cerca de um quarto de geira), no sítio de Pontão, Vale do Couço, na freguesia de Romeu, para construção da Casa do Povo.

Os bons resultados voltaram em 1952, com cerca de mil contos (987c.)

Neste período de gerência, verificaram-se, naturalmente, ajustamentos na distribuição de quotas, bem como algumas aquisições e permutas de propriedades (particularmente, em 1948), incluindo árvores (sobreiros e oliveiras). Em 1953, foi mesmo aprovada uma proposta no sentido de constituir uma reserva contabilística, retirada dos lucros, para aquisição de terrenos onde existissem sobreiros da Sociedade em terra alheia.

Entretanto, em 1954, faleceu José da Fonseca Meneres, ao fim de cerca de quatro décadas de gerência. Em assembleia extraordinária, realizada em 1.10.1954, foram alterados alguns artigos do pacto social, nomeadamente o segundo, que passou a estabelecer a sede social no Porto, na Calçada de Monchique, nº 5, bem como o terceiro que alterou o tempo da duração da sociedade para tempo indeterminado (anteriormente, a duração prevista era de 99 anos). E foi nomeado para gerente da Sociedade, o anterior sub-gerente, Manuel da Fonseca Araújo Meneres.

5 - A SCM sob a gerência de Manuel Meneres (1954-1973)

Depois de ter acompanhado o irmão José Meneres durante a sua longa gerência, Manuel da Fonseca Araújo Meneres assumiu a gerência por eleição da assembleia geral de 1.10.1954. Nascido em 26 de Abril de 1898, Manuel Meneres tinha então 55 anos, era um homem realizado nas suas funções comerciais, como representante da Ford, com um vistoso stand na Avenida dos Aliados – o Palácio Ford. Mas era também um conceituado fruticultor, desde que, em 1943, adquirira, quase por brincadeira, a Quinta do Convento, em Mirandela.

Ele próprio contou os episódios dessa aquisição e da sua transformação em fruticultor numa conferência realizada em Mirandela em Outubro de 1963. A Quinta do Convento, antes dividida em parcelas de vários proprietários, estava arrendada, parcialmente, ao Estado, servindo de estação de fruticultura dos serviços agrónomicos, que então a deixaram ao proprietário. Cheia de muitas espécies experimentais de árvores fruteiras a Quinta do Convento obrigou o seu novo proprietário a documentar-se neste domínio (“Li quase todos os trabalhos do grande mestre Vieira Natividade) e a investir fortemente na sua reorganização: “a experiência do Romeu, onde quase não podíamos ter uma árvore de fruta, mostrava-me que, na Terra Quente, sem água, seria inútil aspirar a ser um fruticultor a sério. Também era evidente que mais de 100 variedades de fruteiras era coisa que excedia as marcas. Se se justificava no antigo Posto Agrário para efeitos de estudo e para o fornecimento de garfos, era inadmissível numa empresa com objectivo económico”³⁷.

Foi o tempo de arrasar e começar de novo, buscando água ao rio Tua, ouvindo os conselhos de Vieira Natividade, por sugestão de quem trouxe para Portugal um centos de pés da macieira produtora da *Golden Delicious*, vindos da casa Stark, da Califórnia, em 1945, espécie que depois

³⁷ MENERES, 1963.

se espalhou pelo país. Segundo Vieira Natividade, Manuel Meneres fez da sua Quinta do Convento os “mais rendosos 10 hectares de terra do concelho de Mirandela”, produzindo ali cerca de 70 toneladas só em maçã.

É com o espírito de concretizador arrojado e de inovador que Manuel Meneres assume a gerência da Sociedade Clemente Meneres. A procura de água constituirá a pedra de toque da sua administração, quer pela procura no subsolo (consegue, enfim, o poço artesiano que o irmão tanto procurara!), quer pela realização de obras hidráulicas. A sua preocupação pautava-se ainda pelo recurso habitual que fazia a técnicos habilitados, como foi o caso do eng. silvicultor Brito dos Santos que, durante quatro anos, percorreu as propriedades da Sociedade, para analisar as condições de cultura dos sobreiros e os aspectos de limpeza das matas, poda e sementeira para a sua manutenção e renovação, bem como para auxiliar ao levantamento topográfico das propriedades.

No relatório anual apresentado em 26.2.1955, Manuel Meneres traça o elogio do irmão falecido e o seu papel na luta contra condições adversas (refira-se que José Meneres atravessou duas guerras e a crise dos anos 30) sem se render. E acrescentava:

“Cabe-me agora a mim, não sei por quanto tempo, esse encargo que espero desempenhar de maneira que, quando o deixar, se possa dizer que não envergonhei nem meu Pai nem meu Irmão. Já todos sabem que a Sociedade caminhará bem enquanto a cortiça for cotada a preço compensador. Como poderão ver pelas contas apresentadas, a vinha e o azeite não pagaram as despesas de granjeio. É bem verdade que tomei conta desta gerência em ano muito adverso; nada faltou, nem granizo destruidor, nem a seca, das maiores das últimas dezenas de anos (secaram milhares de videiras e mais de dois mil sobreiros), um incêndio nos sobreirais do Tua, a recusa pela casa do Douro de autorização para tratamento de vinho, e questões com vizinhos. Todas estas contrariedades pareciam apostadas em me mostrar que o caminho não é de rosas. Não podemos, porém, desanimar e quero acreditar que o presente ano nos compense mais generosamente, sendo já animadora a esperança de que não deverão este ano, graças às chuvas caídas, continuar a morrer sobreiros e a depauperar-se as nossas matas e olival. Apesar do peso que representa para nós a cultura da vinha, não podemos deixar morrer o que temos, nem deixar cair por inteiro as nossas magníficas instalações vinícolas; é um sacrifício que temos de continuar a fazer, replantando vinhas e substituindo as inutilizadas pelos olivedos. Tudo isto, porém, é minha intenção fazer-se aos poucos, na ideia de não aumentar muito os prejuízos que nos últimos anos nos tem dado a vinha. Tenho fé nos olivais que deverão vir a ser o segundo apoio do nosso desafogo. Continuaremos a plantar sempre que tenhamos terras aonde o fazer. Espera-se que durante o corrente ano passe no Romeu o cabo de alta tensão que levará a energia eléctrica a toda a Província. Prevê-se, portanto, na distribuição de lucros proposta, um Fundo para electrificação que julgo dever ser suficiente para o fim em vista. Reputo também ser de urgente necessidade recomeçar com os trabalhos de levantamento da planta das nossas propriedades, trabalho de enorme utilidade que ainda há pouco mostrou quanto valia numa dúvida que por um nosso vizinho foi levantada sobre os limites de um nosso sobreiral em Pombal de Alfândega. Devemos dentro em breve ter uma diminuição nas rendas de Monchique, que tem sido as seguintes: 1951 – 344.277\$90; 1952 – 300.632\$40; 1953 – 241.537\$40; 1954 – 249.837\$40. A Guarda Fiscal parece vai deixar de ocupar a casa principal e cavalaria, o que representa menos Esc. 27.262\$80 por ano. Não é este, porém, o aspecto mais grave deste abandono. Este prédio, com uma grande área de 4 andares, não terá, estou convencido, nunca mais, pretendente no seu estado actual. Seria preciso uma total remodelação para, talvez dividido em habitações pequenas, se poder daquele valor tirar remuneração adequada. A despesa a fazer para esta remodelação deverá andar na ordem das muitas centenas de contos. Não posso, portanto, deixar de chamar muito especialmente a vossa atenção para um caso

que me parece precisar de urgente estudo e atenção. Não podemos também descurar o problema social, mais premente para nós do que para quem quer que seja, dada a dispersão das nossas terras, com vista a criarmos amigos que nos ajudem a defender o que é nosso. Pequenas dádivas para uma Capela em ruínas, para um caminho intransitável, para um muro de um cemitério, são sempre agradecidos por pobres aglomerados que quase nada estão habituados a receber. Temos também de olhar um pouco pelo confrangedor desconforto de alguns antigos e merecedores trabalhadores. Tudo isto que digo é minha intenção, se tiver o vosso acordo, ser feito com a moderação necessária, sem esbanjamento, mas parece-me indispensável. Deve este ano ser construída a Casa do Povo, já comparticipada pelo Governo, e também a esta realização teremos de nos associar”.

O relatório e sugestões foram aprovados por unanimidade, sendo ainda o gerente autorizado a permutar quaisquer bens móveis pertencentes à Sociedade, tendo em vista um conjunto de propriedades já apalavradas para aquisição. Na distribuição de lucros, para além das reservas destinadas à obras de reparação em Monchique, para aquisição de terras e para amortização de quotas, surgiu, em 1956, uma outra reserva, destinada a Hidráulica Agrícola. Na verdade, ao “verificarem a iniciativa e o esforço da remodelação agrícola através de represas e futuras irrigações das vinhas e olivais, os Sócios reunidos tomaram conhecimento dos benefícios que daí podem provir e resolveram por unanimidade saudar e louvar o Gerente por tão prometedora e brilhante acção”.

No ano seguinte, surge nova “reserva” com vista ao lagar de azeite. Com o afastar das sequelas da segunda guerra mundial, os anos 50 correspondem a uma fase importante do crescimento económico português, acabando por se repercutir sobre as estruturas agrícolas melhores organizadas. Não admira, assim, que se verifique uma melhoria sensível da produção agrícola da Sociedade, que se traduz no crescimento de lucros, na possibilidade de realização de novos investimentos e no crescimento da verba destinada à distribuição de dividendos, entrando a Sociedade numa fase de prosperidade.

Uma das capacidades demonstradas por Manuel Meneres era o seu relacionamento com o poder político, conseguindo trazer e interessar pela região figuras de relevo, como Arantes de Oliveira ou o sempre escutado e admirado agrónomo Vieira Natividade, entre outros. Entre 1956-1958, essas e outras personalidades vieram ao Romeu, conseguindo-se do governo participações para melhoramentos locais. São os 15 contos para melhoramentos em Vila Verdinho, a participação na Capela do Vale do Couço, a portaria para electrificação do Romeu, o apetrechamento do posto médico da Casa do Povo e a participação para a “aldeia modelo” que Manuel idealizou para o Romeu, ao fazer casas novas para trabalhadores, com novas condições de salubridade, mas conservando as características da arquitectura rural transmontana. Em Junho de 1957 foi, então, inaugurada a electricidade no Romeu. Na Páscoa de 1958, verificou-se a inauguração da nova Casa do Povo.

Manuel Meneres, em acta datada de 4.5.1958, explica que a obra social do Romeu, realizada nesta altura, é, no entanto da sua inteira responsabilidade:

“A obra social por capricho meu, que não é de agora, está a ser feita à custa do Estado e de subsídios ocasionais que tenho obtido, e à minha custa, tendo sido comparticipado obras no valor de Escudos 926.000\$00 para 422 habitantes. Poucos proprietários se podem orgulhar de viverem em tão boa harmonia com o Povo da sua terra e esta actuação para tal contribui”.

Em 1958, a Sociedade, através da acção de Manuel Meneres, soube encontrar financiamentos para os investimentos a efectuar, conseguindo da Junta de Colonização Interna um empréstimo até ao montante de mil e cem contos para a conclusão das obras de Hidráulica Agrícola, as quais já estavam a funcionar parcialmente com bons resultados.

A Sociedade vai ainda associar-se ao projecto estatal de construção de habitação social no Romeu, conforme a acta de 22.2.1958:

“Pelo Gerente, senhor Manuel Meneres, foi dito ainda que, estando o Estado interessado na construção de casas económicas destinadas a famílias pobres, propunha que a Sociedade se associasse a essa iniciativa, cedendo à entidade, a cargo de quem esta construção ficar, os terrenos necessários para isso e que, pelos estudos já feitos, seria uma faixa com cerca de um hectare junto à estrada que vai da Estação do Caminho de Ferro para a povoação do Romeu. Devidamente apreciada esta proposta, foi deliberado, também por unanimidade, autorizar a Gerência a fazer a aludida cedência, outorgando para tanto as escrituras ou documentos necessários”.

O entusiasmo empreendedor de Manuel Meneres pode apreender-se em palavras que proferiu na assembleia geral da Sociedade, em 4 de Maio de 1958, ao revelar o propósito de investir, tomando como exemplo a sua Quinta do Convento, secundarizando os objectivos de distribuição imediata de dividendos:

“Semear para colher tem de ser o lema. Com prudência sempre, mas sem mesquinhez, incompatível com a grandeza da obra e a necessidade de cada vez mais valorizar o nosso património, tem de continuar sem sugar a propriedade, preparando-a para produzir cada vez mais não lhe tirando possibilidade de vida. Economias em coisas supérfluas, sim. As culturas têm de ser desenvolvidas. Deve haver esperança futura nas frutas. O exemplo do Convento é animador”.

O mesmo propósito é repetido no ano seguinte, embora perante algumas críticas perceptíveis. Com efeito, segundo a acta da assembleia geral de 28.2.1959, Manuel Meneres afirma o seu empenho em “fazer economias, sem prejudicar os interesses da nossa Casa, que nos negamos a encarar só em função do dividendo a distribuir em cada ano”.

A obra de rega era considerada uma das formas de maior valorização. Surgindo inicialmente como uma pequena intervenção, logo ganhou outro fôlego quando se vislumbraram os seus efeitos na produção a partir de um pequeno açude, os quais funcionaram como argumento: a gerência atribuiu à rega a produção de 120 pipas de vinho a mais do que o habitual, bem como a produção de 2100 litros de azeite dos olivais de Barriais. Depois surgiu a possibilidade de empréstimo para o financiamento da obra, alargando-se os objectivos e as estruturas, com os respectivos custos a crescerem. Foi desenvolvido um estudo prévio pelo mais conceituado departamento de regas de Lisboa – o *Centro de Culturas Regadas de Alvalade*, que elaborou um projecto, então pioneiro, de rega em monte. Foram então construídos as barragens da Estrangeira e da Fábrica Velha, sendo depois necessário construir alguns açudes a montante para suste o assoreamento, retendo as areias. O empréstimo, do qual se mobilizaram apenas 900 contos, com encargo anual de 55 contos, destinou-se, assim, a melhorar a rede de irrigação e a otimizar as estruturas de funcionamento, nomeadamente:

- colocação de um descarregador de fundo, com abertura de um metro quadrado na barragem da Estrangeira;
- abertura de um túnel na barragem da Fábrica Velha e colocação de um descarregador de 1m x 1m;
- duplicação da conduta existente na extensão de 2400 metros;
- construção de cinco tanques;
- elevação da água para o monte da Capela;
- abertura e preparação de cerca de 31 km de valas para a rega por infiltração e respectivas caixas de comunicação na totalidade dos olivais;
- completar as canalizações de distribuição;
- rega de chuva nas vinhas de Monte Miões para aí se dispor da pressão de 4,5kg.

O investimento total na rega estava orçado em 2500 contos (cerca de 150 mil contos, em valores actuais), o que era excepcional para um investidor privado na região. Surgiram interrogações por parte de alguns associados. Dizia Manuel Meneres:

“Há várias maneiras de fazer as contas. Um agiota pensará que a 10% esta importância lhe renderia 250 contos. A Gerência pensa doutra maneira e tem esperança que o futuro lhe pagará em capital e juros o sacrifício que se fez e vai fazer”³⁸.

Em 1959, verificou-se uma alteração dos estatutos, dando-se nova redacção, nomeadamente, ao artigo oitavo: “a administração da Sociedade e a sua representação será confiada a três gerentes, um dos quais com a designação de gerente-delegado, terá especialmente a seu cargo a gestão directa dos negócios da Sociedade, bastando porém a assinatura de qualquer deles para a obrigar”.

Em 1961, Manuel Meneres levou à assembleia geral uma exposição sobre “criação de novos pomares, empreendimento dispendioso, falando das suas esperanças nos mesmos, alicerçadas na experiência obtida no Convento, em Mirandela”, obtendo a aprovação do seu projecto para alargar as actividades da Sociedade Clemente Meneres ao campo da pomicultura. A aposta na pomicultura, só equacionável em face das novas possibilidades de rega, foi, por mais do que uma vez, levada à consideração da assembleia, face aos investimentos a enfrentar:

“Chamou a atenção para a incerteza que a própria criação de novos pomares representa, pois o que para ele, na sua propriedade do Convento, tem sido de real e grande compensação, pode, pela abundância que virá a haver em breve no País, deixar de representar uma actividade grandemente remuneradora. Seja como for, a Gerência julga que se deve continuar a desenvolver este ramo. Este desenvolvimento implica investimento de capital e nos primeiros anos aumento de despesas. Será preciso ter armazéns frigoríficos (no Convento já há dois), complemento indispensável desta actividade”³⁹.

O esforço de investimento mereceu a aprovação dos associados, na medida em que importava assegurar a diversificação. Os cuidados anteriores tinham produzido um claro aumento nas produções de azeite e de vinho nos últimos anos, mas o negócio da cortiça, determinante

³⁸ ASCM, Acta da assembleia geral de 28.2.1959

³⁹ ASCM, Acta da assembleia-geral, 24.2.1962.

para a estabilidade económica da Sociedade, tornava-se preocupante, tanto por atravessar uma fase de contínua desvalorização como pela dificuldade de venda: “são meses de enorme incerteza e ansiedade aqueles em que normalmente se negocia a cortiça, pois esta venda tem de se fazer sem especular demasiado para habilitar a Caixa a fazer face às enormes e inevitáveis despesas de custeio da nossa casa agrícola só cobertas com a venda dos respectivos produtos nas épocas próprias” (Acta 24.2.1962).

A natureza contingente da agricultura, caracterizada por forte incerteza, sujeita às flutuações do comércio em geral e das condições meteorológicas que, num momento, podem deitar a perder um ano de trabalho, eis um queixume que surge com frequência nos documentos da Sociedade, cuja justificação facilmente se apreende pela análise do percurso da Sociedade.

Em 1963, foi apresentado à assembleia geral a proposta de mais um empréstimo a fazer com a Junta de Colonização Interna com vista a avançar na construção e apetrechamento dos armazéns de fruta, cujos processos de conservação seguiam os pareceres do Professor Vieira Natividade. Com um investimento global de 450 contos, a primeira fase, orçada em 200 contos, implicava a construção de uma sala de recepção, escolha e calibragem e um armazém frigorífico.

Em 1964, a Sociedade, com aprovação da Assembleia, decidiu conceder terrenos para construção de casas de empregados, bem como para a construção da Casa do Povo de Vila Verdinho.

Na assembleia geral da Sociedade de 29 de Fevereiro de 1964, o associado Dr. Octávio Meneres Sampaio apresentou a seguinte moção, a qual mereceu naturalmente a aprovação dos participantes:

“Atendendo ao notável progresso agrícola que se tem verificado no Romeu, mercê das represas que têm proporcionado uma produção mais regular de vinho e azeite, e da nova orientação no desenvolvimento da pomicultura de que se espera uma valioso auxiliar e ainda dos melhoramentos das aldeias que se traduzem além dum nível social e moral mais elevado dos seus habitantes, trazem também como consequência um melhor ambiente de amizade das populações rurais com aquilo que é nosso. Proponho que seja exarado na acta desta Assembleia o muito merecido louvor a Manuel Meneres, pois na sua gerência tem sempre manifestado muita dedicação, excelente orientação no trabalho e desenvolvimento do progresso agrícola, inteligência e amor pelo próximo”.

No entanto, o horizonte continuava carregado de nuvens, os anos seguintes marcados pela seca suscitaram novas dúvidas sobre os investimentos a realizar e sobre os resultados obtidos. Por isso mesmo, Manuel Meneres, depois de analisar longamente a questão agrícola e o posicionamento da Sociedade, fazia questão de ditar para a acta da assembleia-geral, em 25.2.1967:

“Trata-se de propriedade ainda hoje de enorme valor, mas que sofre pela sua grandeza, organização tanto quanto possível perfeito, pessoal administrativo numeroso mas indispensável, sem o qual não estaríamos habilitados a promover os trabalhos indispensáveis, nem sequer a darmos contas aos nossos sócios da forma como administrarmos o que não é só nosso. Se se tratasse de propriedade de um só, que não tivesse de dar contas a outros, a administração seria muito mais económica. Se fossemos só possuidores de sobreirais, por enquanto, pois as perspectivas da cortiça não são seguras, abandonando todo o resto, daríamos aos nossos sócios remuneração mais brilhante. Não se atreve a gerência a fazê-lo, mas é uma triste verdade que se aponta. A luta para continuar vai prosseguir e

maiores áreas – dos olivais menos íngremes – irão ser destinados a cultura de pomares de pessegueiros, pereiras e damasqueiros, que se se adaptarem bem, podem ter valor para compotas que serão fabricadas na Cooperativa de Macedo de Cavaleiros”.

O Nordeste Trasmontano colocava então muitas esperanças no prometido complexo do Cachão, liderado politicamente pelo eng. Camilo de Mendonça, para escoamento das produções frutícolas e hortícolas.

Em 7 de Março de 1970, a assembleia autorizou o arrendamento das casas onde se acha o Restaurante Maria Rita, no Romeu, a Manuel Meneres, que assim passou a responsabilizar-se pessoalmente pela sua exploração. Investiu na sua qualificação, elevando-o a uma pequena jóia gastronómica, num lugar eivado de tipicidade, transformando-o num pólo de atracção turística, que ainda hoje existe e funciona, surpreendendo os paladares mais exigentes, na ambiência de um sortilégio muito especial. Ali próximo fez surgir um museu evocativo da acção local e pioneira de Clemente Meneres, ainda hoje muito apreciado.

Em assembleia geral extraordinária, convocada para 10 de Novembro de 1973, os sócios da Sociedade Clemente Meneres, Limitada, tiveram de decidir sobre o conteúdo de uma carta do então gerente Manuel Meneres, na qual pedia sua demissão, dado encontrar-se gravemente doente. Coube ao dr. José Pinto Meneres ler, apresentar e iniciar a discussão sobre o problema levantado, cujo teor já conhecia, pois discutira-o com Manuel Meneres antes da sua expedição, numa tentativa para o dissuadir. A decisão de afastamento por parte do gerente era inabalável, pois sentia a aproximação do fim, o que, de resto, veio a acontecer em 24 de Março do ano seguinte, ou seja, cerca de 5 meses depois.

O sócio Dr. Octávio Meneres Sampaio propôs um voto de louvor ao gerente cessante, lamentando a doença que a isso o obrigava, passando em revista os benefícios que proporcionou pelo seu trabalho no Romeu, ao instalar “represas para regas das vinhas e pomares e das novas instalações para conservação da fruta”, ao conseguir a “melhoria da situação de Monchique com os novos arrendamentos”, procedendo ao “restauro e à readaptação da estalagem Maria Rita onde o nosso avô Clemente Meneres dormiu quando foi a Trás-os-Montes”, assim como pelas “as três aldeias melhoradas, conservando o estilo transmontano”⁴⁰.

Aprovado o voto de louvor, foi equacionada a eleição do novo gerente, que recaiu no sócio Clemente da Fonseca Araújo Freitas Meneres, filho de Manuel Meneres, o qual já integrava a gerência anterior e que viria a gerir a sociedade entre 1973-1993. Uma nova geração assumia a direcção da empresa familiar, a que outra se seguiria...

[...]

7 - Considerações finais

Sonho, oportunidade e risco são dimensões normalmente associadas à criação de empresas. Essas dimensões não faltam na história da *Sociedade Clemente Meneres, Lda*, se nos centrarmos na vontade criadora do fundador e na evolução da trajectória empresarial.

⁴⁰ ASCM, Acta da assembleia-geral, 10.11.1973, p. 8 e 8vº.

Da emigração marcada pelo insucesso económico, Clemente Meneres poderá ter trazido essencialmente uma racionalidade mais desperta para a ligação ao mundo, o que lhe terá permitido, partindo de meios económicos exíguos, estabelecer uma interessante ligação entre a produção local tanto com o mercado nacional como nos mercados externos. Depois de sucessivos e pequenos exercícios empresariais no Porto, desenvolveu uma fixação pelas terras de Mirandela, centrando-se em Romeu de Jerusalém para organizar uma vasta exploração agrícola, agregando a agricultura, a indústria e o comércio, promovendo a penetração de formas de organização capitalista no interior transmontano, articulada com sucessivas viagens ao estrangeiro. Não esqueceu o papel da pressão social, mobilizando esforços para a implementação da linha-férrea do Tua, necessária para escoar os produtos para o Porto.

Aos transmontanos de Mirandela, afeitos a representações de auto-consumo e de frugalidade, Clemente Meneres surgiu, na altura, como o “homem doido” que do Porto ali foi comprar terras fracas por bom preço. Estavam longe de perceberem o “voo de águia” do empresário que procurou conferir elasticidade aos seus empreendimentos, como demonstrou através do complexo agrícola e industrial ali construído. O desejo de perpetuar a sua obra e de consolidar a empresa, cujo eventual processo de herança igualitária estilhaçaria o património de base, levou-o a erguer, em 1902, a *Sociedade Clemente Meneres, Limitada*, com o formato organizativo da sociedade por quotas, estabelecendo um pacto social que privilegiava a manutenção das propriedades, na medida em que, na eventual alienação de quotas, era sempre preferido o interior da Sociedade.

Consolidar a empresa, limitar os riscos em diferentes conjunturas e adaptar os investimentos às novas exigências foram objectivos dos sucessivos continuadores na gestão da sociedade, na linha da descendência familiar. Para isso, fizeram ajustamentos na área da exploração, optimizaram as culturas através da implementação de novas técnicas agrícolas e de novas culturas (pomicultura), instalaram sistemas de rega. E deram atenção à acção social, de que as “aldeias melhoradas” se tornaram num emblema, pelo efeito de qualificação da habitação popular através da manutenção da traça arquitectónica tradicional das terras transmontanas.

O segredo para a longevidade e a vitalidade da Sociedade Clemente Meneres, que se dispersa por uma área de 57 km, 54 freguesias e 8 concelhos, reside ainda, obviamente, na trilogia negocial que subjaz à sua actividade, a saber – a cortiça, o azeite e o vinho, produtos tradicionais, a que as características climáticas da Terra Quente Transmontana conferem qualidade e prestígio.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Arquivo Distrital de Aveiro: Registo Paroquial, Freguesia de Vila da Feira.

Arquivo Distrital do Porto: Notarial, PO4, L 603, L 657, L 668

Arquivo Distrital do Porto: Governo Civil do Porto, Licenças, M1436.

Arquivo da SCM: Pastas de correspondência. Documentação avulsa. Actas da assembleias-gerais

Bibliografia específica

- MENERES, Clemente, 1915 - *40 Annos de Traz-os-Montes*, Porto, s/e.
 MENERES, Alfredo da Fonseca, 1916 - *Carvalhaes*, Porto, s/e.
 MENERES, José Pinto de Oliveira, 1958 - *O Romeu e um Pouco de História sobre o seu Passado*, Porto, dactilografado.
 MENERES, Manuel, 1963 - *História de um fruticultor da Terra Quente Trasmontana*, Texto dactilografado de conferência em Mirandela.

Bibliografia geral

- ALVES, Jorge Fernandes, 1995 - *Clemente Meneres - o percurso empresarial*, in “O Tripeiro”, 7ª série, ano XIV, nº 4, p.115-122, e nº 5, p.148-156.
 ALVES, Jorge Fernandes, 1995 - *Empresas e empresários do Norte de Portugal*, in “O Tripeiro”, 7ª série, ano XIV, nº 1/2, Jan./Fev de 1995, p. 41-44.
 ALVES, Jorge Fernandes, (org.), 1998 - *A Indústria do Porto em Perspectiva Histórica, Actas do Colóquio*, Porto, FLUP/CLC.
 ALVES, Jorge Fernandes, 1993 - *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, FLUP, dissertação de doutoramento.
 CAMPOS, João Mota de, 1962 - *Fomento Frutícola*, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura.
 CARDOSO, José Carvalho, 1973 - *A Agricultura Portuguesa*: Lisboa: Moraes Editores. Diário do Governo, nº 294, de 29.12.1902.
 ESTÁCIO, F., 1967 - *Agricultura e desenvolvimento económico. A transformação da agricultura tradicional*. In “Revista Agronómica”, 50, 254265.
 GOMES, Mário de Azevedo; BARROS, Henrique de; CALDAS, Eugénio de Castro, 1944 - *Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais*, Lisboa: separata da Revista do Centro de Estudos Económicos.
Inquérito Industrial de 1881, Visita às Fábricas, Livro Segundo, Lisboa, Imprensa Nacional
Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, Lisboa, M.O.P.C.I.
 LOBÃO, António J. Cortez, 1967 - *Dinâmica da comercialização dos produtos agrícolas perante as novas solicitações do consumo: referência especial ao sector horto-frutícola*, in “Revista Agronómica”, 50, 1-20.
 LUCENA, Manuel de, 1979 - *A coordenação económica da lavoura: significado e evolução*, in “Análise Social”, nºs, 56 57-58-59.
 LUCENA, Manuel de, 1991 - *Salazar, a “fórmula” da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário*. In “Análise Social”, vol. XXVI (110), p. 97-206.
 MARQUES, Alfredo, 1988 - *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa: Livros Horizonte.
 MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno, 1994 - *História Económica de Portugal*. Uma perspectiva global, Lisboa, Ed. Presença.
 MENDES, J. M. Amado, 1988 - *História económica e social: vertentes local e industrial*, in *Munda*, Coimbra, 15, p. 43-50.
 MENDES, J. M. Amado, 1992 - *A história na empresa e a empresa na história*, in-“Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo”, Lisboa, UL.
 MENDES, José Amado, 1997 - *Cultura empresarial: um novo instrumento ao alcance do gestor*, in-“Anais Universitários”, série de Ciências Sociais e Humanas, 8, p. 249-265.
 MENDES, José Maria Amado, 1994 - *Portugal agrícola o industrial?: contornos de uma polémica y sus repercusiones en el desarrollo*, Separata de Studia Historica - Historia Contemporanea, 12.

- MORAIS, Wenceslau de, 1977- *Cartas do Japão*, 1ª série, Lisboa, Parceria.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1934 – *Cortiças – Contribuição para o estudo do melhoramento da qualidade*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Florestais.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1934 – *Determinação da idade das cortiças amadias*, Lisboa, Publicações da Direcção dos Serviços Florestais, 1934.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1939 – *O azeite de Portugal*, Lisboa, Ed. do Grémio dos Exportadores de Azeite.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1941 – *Horizontes da Subericultura Portuguesa*, Lisboa, Junta Nacional da Cortiça.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1943 – *Mais e melhor fruta*, Lisboa, Ministério da Economia.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1944 – *Poda dos Sobreiros*, Lisboa, Separata do Boletim do Ministério da Agricultura.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1950 – *Subericultura*, Lisboa, Ministério da Economia.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1936 – *Fruticultura e comércio fruteiro*, Lisboa, Sep. dos Anais do Instituto Superior de Económicas e Financeiras.
- NATIVIDADE, J. Vieira, 1961 – *Renovação Frutícola*, in “Boletim da Junta Nacional das Frutas”, 1961, p. 7-12.
- NUNES, Adérito Sedas, 1964 – *Portugal, sociedade dualista em evolução*, in “Análise Social”, nºs 7-8, 2º semestre.
- PARREIRA, José Joaquim Andrade, 1997 – *A Acção Empresarial de Clemente Meneres. Entre o Porto e Trás-os-Montes (1867-1916)*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação de mestrado).
- PIMENTEL, Meneses, 1902 - *Around Trás-os-Montes*, in “Portugal Agrícola”, nº 6, Dezembro, pp. 113-130.
- RASTEIRO, Joaquim, 1932 – *Les arbres fruitiers. Le Portugal et son activité économique*, Lisboa, s/e. *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal*, Lisboa, 1893.

ANEXO - Sociedade Clemente Meneres - Produções globais (1910-1973)

Ano	Vinho (Pipas)	Azeite (litros)	Cortiça (arrobas)
1910	211	?	23083
1911	188	?	20011
1912	320	?	29749
1913	196	?	21286
1914	148	?	29890
1915	248	?	21987
1916	303	?	24651
1917	262	826	19876
1918	47	4574	25921
1919	67	572	30468
1920	231	4902	46287
1921	180	3478	21333
1922	189	4505	25329
1923	228	4201	40295
1924	181	3826	35480
1925	238	3727	34480
1926	150	501	28906
1927	172	10246	28018
1928	264	5743	25224
1929	105	6684	26048
1930	225	6034	30078
1931	235	9514	29712
1932	171	5184	33064
1933	134	6428	39805
1934	148	1695	29777
1935	87	14483	37817
1936	76	2525	31929
1937	153	11794	39751
1938	123	10135	17005
1939	91	15225	26844
1940	144	13730	33080
1941	81	8479	27101
1942	80	11775	33882
1943	129	12775	35198
1944	157	13191	40214
1945	54	2505	36959
1946	84	28200	33963
1947	93	6840	36103
1948	128	16940	22705
1949	61	3100	28294
1950	112	18520	26031
1951	175	16260	45176
1952	161	20248	40868
1953	132	8285	35139
1954	67	7896	28531
1955	77	21070	37004
1956	259	34498	37440
1957	203	7805	38238
1958	110	16800	38697
1959	108	32700	33013
1960	342	32400	34735
1961	220	34500	39484
1962	217	12100	36815
1963	242	27090	34229
1964	259	20050	37715
1965	147	5760	40528
1966	129	23090	40796
1967	131	7210	41271